

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



Estado do Espírito Santo

ANO 1990

—

VITÓRIA

—

Nº 40

**Instituto Histórico e Geográfico
do Espírito Santo
Diretoria 1989/1991**

Presidente:

Alberto Stange júnior

1º Vice Presidente:

Renato José Costa Pacheco

2º Vice Presidente:

Orlando de Moraes

3º Vice Presidente:

Sebastião Augusto Valle Guimarães

Secretário Geral:

Miguel Depes Tallon

Secretário Adjunto:

Ivo Amancio Oliveira

Tesoureiro:

José Higino de Oliveira

Encarregado da Biblioteca:

Léa Brígida de Alvarenga Rosa

Oradores:

José Garajau da Silva e Francisco Schwarz

Direção do Museu da Imagem e do Som e Casa Elmo Elton

Francisco Schwarz

Esta Revista é publicação anual, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo e sob os auspícios do Governo do Estado do Espírito Santo, através do Departamento Estadual de Cultura.

Distribuição gratuita às escolas do Estado.

Os interessados em aquisição de números avulsos deverão dirigir-se à

Caixa Postal 1561 - Vitória (ES) - 29.000

Í N D I C E

História

O novo arrabalde - Luiz Guilherme Santos Neves	pag. 7
Três pequenos estudos - Renato Pacheco	pag. 12
A propósito do bicentenário da conjuração mineira - Miguel Depes Tallon	pag. 19
A Justiça no Espírito Santo durante a República Velha - J.P. Amorim	pag. 29

Ensaaios

Castilhos: a gênese do pensamento autoritário na República - Miquel Depes Tallon	pag. 37
A propriedade intelectual - Sônia Maria Demoner	pag. 45
A lei de Diretrizes e Bases e o desenvolvimento regional - Coelho Sampaio	pag. 53

Pesquisa

O negro na formação agrícola do Espírito Santo - Yvonne Amorim	pag. 67
---	---------

Crônicas

O grande Tesoureiro - Renato Pacheco	pag. 81
Maior que o Penedo - Miguel Depes Tallon	pag. 83
Ternura do mar e Um cordão de ouro - José Higino Oliveira.	pag. 85
Augusto Ruchi, o pioneiro da ecologia brasileira - Danilo Micheli.	pag. 88
A cruz do Alípio - Lécio Gomes de Souza.	pag. 90

Discursos

No Primeiro Centenário da Proclamação da República - José Garajau da Silva	pag. 97
Páginas de Saudade - Sônia Maria Demoner	pag. 102

Relatório

Período de junho de 1989 a maio de 1990	pag. 107
---	----------

HISTÓRIA

O NOVO ARRABALDE

Luiz Guilherme Santos Neves

No início do século XX, o engenheiro Saturnino de Brito elaborou o Projeto do Novo Arrabalde, abrangendo a área primitiva da Praia do Canto, que ainda hoje conserva alguns traços originais da sua concepção.

A expansão urbana de Vitória seguiu a regra geral da quase totalidade das cidades brasileiras tradicionais. De um sítio histórico, núcleo da antiga Vila de Nossa Senhora da Vitória, erigida na parte alta e meridional da ilha, a expansão se processou de forma centrífuga, ganhando os espaços periféricos disponíveis ou até criando-os, mediante aterros de mangues e sucessivas conquistas ao mar.

Esse processo expansivo despolarizante foi, todavia, lento. Seu grande impulso situa-se no século XX, embora no final da centúria anterior tivesse sido elaborado projeto urbanístico de Vitória, de autoria do engenheiro Saturnino de Brito, denominado NOVO ARRABALDE; Sua área abrangia a parte primitiva, sem os aterros, do atual bairro da Praia do Canto - antiga Praia Comprida - e porções adjacentes.

A implementação do Projeto se deu sob a ação oficial do Governo Moniz Freire cujo quadriênio, de 1894 a 1898, foi fortemente favorecido pela alta do preço do café.

Já o orçamento do Estado, no ano anterior à posse de Moniz Freire, acusara um saldo positivo da ordem de 32 por cento em relação à receita orçamentada. O incremento das atividades comerciais, centradas no movimento das exportações do café, manteve-se nos anos seguintes, assegurando condições propícias à economia estadual.

Cidade Do Sem - Um programa de remodelamento e modernização da cidade de Vitória, que conservava ainda nítido perfil colonial, não só podia começar a ser pensado, como se tornava também necessário.

Essa necessidade transparece na descrição que o presidente Moniz Freire traça da capital do Estado, apontando suas condições precárias, típicas de uma "cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura (...) apertada entre a baía e um grupo de montanha". Somando-se a isso o mau abastecimento

d'água, o serviço arruinado de iluminação a gás, a carência "de uma fornecimento regular de carnes verdes, sem edifícios notáveis, sem teatro, sem um passeio público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente, desprovida de toda defesa sanitária, necessitando de construir novos cemitérios..." : tem-se a exata dimensão dessa **cidade do sem** que era Vitória no final do século XIX.

Moniz Freire não fica, porém, na retratação desse sofrível panorama. Avoca ao Estado a iniciativa de formular uma proposta inovadora de programação da vida urbana, planejando para o futuro, abrindo, arrojadamente, perspectivas até então inimagináveis para o aproveitamento de um espaço físico cinco vezes maior do que o limitado sítio onde estava assentada a acanhada cidade de Vitória. Nasceu, assim, o **Projeto do Novo Arrabalde**, cuja execução coube à Comissão de Melhoramentos da Capital.

Nessa Comissão, como responsável pela autoria do Projeto, preponderaria a figura de diretor, o engenheiro sanitaria Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, cujo nome ficou ligado a uma gama de serviços e obras de planejamento e saneamento urbanos realizados nas mais diferentes cidades do Brasil.

Filosofia Positivista - De Saturnino diria, por exemplo Gilberto Freire (in *Ordem e Progresso*. José Olympo, Rio, 3ª ed., 1974, Tomo II): "Figura exponencial de engenheiro e de administrador de serviços públicos que está a merecer um estudo, além de biográfico, sociológico, um estudo que fixe suas relações com o meio e com a época - chegou a fazer escolas. caracterizada pelo empenho dos engenheiros sanitaria que obedeciam a sua orientação, de se conservarem apolíticos nos postos técnicos que lhes eram confiados pelos governos-apolíticos e intransigentemente honestos":

Adepto do Positivismo, Saturnino de Brito impregnaria a concepção do Projeto do Novo Arrabalde, sem prejuízo de suas virtudes técnicas, com elementos extraídos à filosofia positivista. O historiador Luiz Derenzi, também ele engenheiro, destaca o fato em sua obra **Biografia de Uma Ilha** (Ed. Pongetti, Rio, 1965): "Usando os artifícios da numeralogia positivista (Saturnino) deu às vias e quadras dimensões múltiplas de sete, perfeitamente harmônicas". Lembra ainda, e com propriedade aquele mesmo historiador: "Não obstante ter sido concebido antes do aparecimento dos veículos automotores, o bairro teve todas as condições ótimas de tráfego" - verdade que o s dias correntes continuam confirmando.

Fatores modernamente problematizados e discutidos pelos

técnicos e planejadores de cidades - ou pelos seus críticos e contestadores da massificação urbana - tais como qualidade de vida, aproveitamento racional do solo urbano, integração social e comunitária, preservação da paisagem ambiental, lazer, saúde, serviços públicos, vias nacionais e transporte, aparecem pioneiramente contemplados e priorizados no Projeto do Novo Arrabalde.

Não sem razão, o próprio autor, no fecho do ofício de 23 de maio de 1896, em que dirige ao **cidadão Snr. José de Mello Carvalho Moniz Freire** - Presidente do Estado - o Relatório final e completo sobre o Projeto elaborado, externa votos para que não redundassem perdidos "os esforços e sacrifícios" empenhados pelo Estado "no sentido de dar à Capital terreno são, ou saneado, por onde possa se desenvolver com as garantias higiênicas e com os predicados estéticos das cidades modernas".

Direcionamento Futurista - O Projeto do Novo Arrabalde globalizava, de forma integrada, uma área principal e maior e duas outras menores, que se estendiam, a partir de Jucutuquara, no sentido das praias da ilha de Vitória, abarcando superfície de 3.293.713 m².

Compreendia, assim, os terrenos disponíveis, situados entre os morros Grande, de Gurigica, de Bento Ferreira, de Itepenambi, do Suá, Itapebuçu, Guajuru, Barro Vermelho e Gamela, constituindo-se "campo verdadeiro de expansão para uma vida muito diferente do viver acanhado que ofereceu a velha cidade", afirmativa que revela o direcionamento futurista que presidiu o Projeto do Novo Arrabalde.

Seu partido urbanístico compunha-se de 178 Quarteirões (Quadras), totalizando 2,129 lotes, todos com testada superior a 14,00 metros, sendo: 117, na Vila Monjardim, área seguinte a Jucutuquara, destinada a núcleo operário; 36, na Vila Hortícola, de destinação agrícola; e, finalmente, 1.976 lotes no Novo Arrabalde propriamente dito.

Servido por quatro grandes avenidas - a Norte-Sul (hoje Leitão da Silva), a Avenida da Penha ("orientada no rumo da extraordinária Capela", atingindo a Ponte da Passagem), a Ocidental (atual Rio Branco) e a Ordem e Progresso ("justo preito ao lema da Política Positivista", que começava onde é a Avenida César Hilal) - o Projeto preconizou a criação de bosques de eucaliptos, nos quais Saturnino indentificava "preciosos fatores higiênicos" para combater moléstias e salubrizar o meio-ambiente.

Bosque Sagrado - Além de jardins, um passeio público foi projetado no morro da Barrinha - onde fica hoje o Colégio "Sacré Coeur de Marie" - preservando a mata ali existente e proporcionando visual para o mar largo, com previsão de construção de "alamedas transitáveis

a carruagens até o ponto culminante”.

Reconhecendo ser “difícil, se não impossível”, encontrar nos terrenos do Novo Arrabalde local apropriado para o estabelecimento de cemitério - problema crônico da ilha de Vitória - mesmo assim o Projeto destinou o morro do Barro Vermelho para esta serventia com a denominação de Bosque Sagrado. No outro extremo, junto ao morro de Bento Ferreira, reservou-se área para a construção de um novo hospital, outra das grandes e persistentes carências da Capital.

O Projeto visava a beneficiar uma população de ordem de 15.000 habitantes, com a taxa estimada de ocupação de sete moradores por lote, num evidente e também precursor princípio de valorizar a implantação de habitações unifamiliares. Esta proposta perdurou durante muito tempo como marca de origem da Praia Comprida até que o **boom** imobiliário dos últimos vinte anos alcançou o local, com a proliferação dos edifícios residenciais plurifamiliares e das construções verticalizadas para comércio e serviços, hiper valorizando o preço dos terrenos na região.

Plantas isoladas, planilhas, cortes e outros detalhamentos técnicos compõem o Projeto, revelando o critério adotado no planejamento dos serviços estruturais básicos, como aterros, barragens, cais, diques, galerias e coletores de águas, compondo o sistema de drenagem, além de outros serviços indispensáveis.

Os estudos desenvolvidos para o abastecimento d'água concluíram pela sua captação no córrego Jucutuquara, com previsão de armazenamento em reservatório próprio. Ficou ainda equacionada a possibilidade de esforço dessa captação com o aproveitamento do manancial da Fonte Limpa, no morro do Mestre Álvaro, “onde existe água abundante e de superior qualidade”, canalizável até o novo bairro através de linha adutora de apenas 12.500 metros de extensão.

Traços Originais - A estrada de todagem, com 3.500 metros de comprimento e tendo plataforma de 7,00 metros de largura, integrava o Novo Arrabalde ao velho núcleo da cidade de Vitória. A estrada nascia no contraforte da Capixaba, próximo ao Forte de São João, e vencia o córrego Jucutuquara, graças a um pontilhão de cinco metros, cuja estrutura foi criteriosamente projetada.

Através da estrada obtinha-se a fácil ligação do novo bairro com o centro vitoriense, dada a curta distância entre ambos. Atendia-se, assim, a um dos pré-requisitos básicos que orientaram sua localização, a NE, na própria ilha de Vitória: o de não oferecer “condições tais que o transporte para ele fosse o menos oneroso e o mais acessível em cada momento e a cada algibeira”, condicionante suprida satisfatoriamente,

nas décadas de 30 a 50, com o uso do bonde elétrico como meio do transporte coletivo.

Essa localização - "após a série de pitorescos outeiros da fazenda Maruípe" - na descrição de Saturnino de Brito - era, além do mais, a única possível, na restrita geografia insular de Vitória.

Foi, portanto, dentro desse quadro geral de diretrizes e limitações que surgiu, há cem anos atrás, o **Projeto do Novo Arrabalde**, no qual ainda hoje, são indetectáveis os traços originais de sua concepção técnica, arrojado e bem sucedido planejamento urbanístico.

Bibliografia

Brito, Francisco Saturnino de - Obras Completas - VI. V - "Projetos, Relatórios sobre o saneamento de Vitória, Campinas, Petrópolis, Itaocara, João Pessoa, Paraíba do Sul e Juiz de Fora" - Imprensa Nacional, Rio, 1943, Coleção Mário Freire, Biblioteca Central da Ufes.

1) VISITANDO A PROVÍNCIA

No período imperial, as províncias eram governadas por Presidentes, nomeados pelo Poder Central, verdadeiros mandarins, em sua grande maioria personalidades ilustres que não conheciam a terra que iam dirigir, administradores profissionais, que ansiavam uma promoção, com a direção de província\ de maior progresso. Competia ao vice-Presidente, quase sempre uma personalidade local, substituir o titular, e isto era feito muitas vezes.

A despeito desta mudança costumeira de presidentes (tivemos, no Espírito Santo 56 Presidentes, só no 2º reinado) houve grandes administradores, em nossa terra, entre os quais avulta o célebre Costa Pereira.

Como em Vitória nada (ou quase nada havia que fazer) era costume dos Presidentes visitar o interior, principalmente as Colônias Imperiais que aqui existiam: Santa Isabel e Santa Leopoldina (com seus diversos núcleos) com prioridade.

Vamos registrar, neste artigo, duas visitas presidenciais ao interior.

Em 25 de setembro de 1857, o Presidente da Província Olímpio Viriato Carneiro Catão visitou Santa Isabel. A comitiva (1) saiu do Porto dos Padres (Rua Cais de São Francisco, local do atual Centro de Saúde de Vitória) debaixo de chuva torrencial. Os escaleres os levaram ao Porto Velho, de onde, a cavalo, subiram a serra. Chegaram em Santa Isabel, onde pararam na Capela Colonial erigida graças à liderança de Frei Wandelino de Innsbruck. Visitou o Presidente a Escola de Primeiras Letras onde ouviu, com a presença do Superintendente, as reclamações dos colonos alemães, de religião católica, de vez que os luteranos se fixaram mais ao norte. Por onde passava, diz o anônimo repórter, era saudado por tiros de mosqueteiro, ou pelo som dos "infalíveis foguetes". Catão mandou que o Sr. Luiz Nunes abrisse picada até a estrada de S. Pedro de Alcântara (antiga Estrada do Rubim, de Espírito Santo a Minas Gerais) e propôs ao Marquês de Olinda, Ministro do Império, a continuação das etapas (diárias) aos colonos, pois só em maio ou junho de 1858 colherão ele os primeiros frutos de suas plantações, com aumento da verba individual, pois, já então, eram excessivos os preços dos gêneros alimentícios. E, em seu expediente, cita como exemplo, que sendo a diária de trezentos e vinte réis, o feijão custava dez mil réis

o saco; uma libra de toucinho quatrocentos e cinquenta réis; uma de carne, duzentos e oitenta réis; um alqueire de arroz, sete mil, seiscentos e cinquenta réis. Pediu também, apoiando solicitação que lhe fora feita, que as colonas solteiras e as viúvas com filhos de tenra idade recebam terras, pois, embora os contratos só falassem em passagem, elas necessidade tinham de "arrançamento" (2). No final de outubro, o empreiteiro Luiz Nunes se justifica, perante o Presidente da Província, porque "a falta de farinha nesta freguezia é tanta, que muito me custou arranjar quatro alqueires, assim mesmo a quatro mil réis".

Este Catão é o mesmo que mandou fazer ponte sobre o rio Santa Maria, no lugar Suíça, ainda hoje existente (conquanto recentemente tenha sido substituída por ponte de cimento armado, na rodovia que liga Santa Leopoldina a Santa Maria de Jetibá) que deveria ser construção sólida, capaz de resistir ao impulso das enchentes, com base de pedra e cal, engradamento e soalha de madeira, com 140 palmos de comprimento e 12 de largura, construída pelo Diretor da Colônia Fernando Castelo.

Trinta anos depois, o Dr. Antônio Leite, em abril de 1888, visitou a então florescente ex-colônia de Santa Leopoldina, e principalmente o seu núcleo não emancipado Timbui (hoje Santa Teresa). No dia 10 partiu sua comitiva no vapor Carlos Alberto, até o porto de Queimado, de onde seguiu a cavalo até a Barra do Mangarai, propriedade da família Cláudio, onde almoçou. 66 cavaleiros chegaram, já à noite, ao Porto de Cachoeiro, onde foram recebidos por uma salva de girândolas, encontrando-se a vila embandeirada com arcos e flores. No dia seguinte o Presidente visitou o engenho central e escolas de meninos e meninas, seguindo para Santa Teresa, onde se hospedou na casa do Dr. Pantoja, e no Timbui ficou na residência do Sr. Fontana. Por toda a parte as estradas estavam enfeitadas com arcos e meninos lhe ofereciam bouquês de flores, sem faltarem, quando de sua chegada, os inevitáveis tiros, de fogos de artifício.

No dia 14 visitou a casa de Virgílio Lambert (ainda de pé, e símbolo da construção de enchamel) apreciando sua fiação de seda nativa. À noite compareceu ao baile italiano, onde foram cantadas árias e canções. Na volta, dia seguinte, inaugurou a ponte Antônio Leite, em Santa Leopoldina, e desceu de canoa, até a barra do Santa Maria, onde, de novo, embarcou no Carlos Alberto, que o conduziu ao Cais do Imperador, na Capital (hoje Praça Roosevelt). Aqui também foi recebido com vivas e algumas dúzias de foguetes.

A despeito de tanta festa, o percuciente Dr. Antonio Leite não se esquece de fazer aos deputados à Assembléia Provincial, em sua fala de 1888, a seguinte advertência. "A recente lei que remiu o cativo, deixou

desarmada a grande lavoura de seus elementos (...) Dispensso-me de dizer que os antigos processos coloniais, com o largo cortejo de funcionalismo e de despesas não serão profícuos (3).

Da leitura destes velhos jornais e relatórios verifica-se que o Império não era tão odiado quanto fez crer a República que logo seria proclamada. Deduz-se, também, o interesse dos administradores profissionais em resolver os problemas das Províncias que dirigiam, mesmo que isto fosse só para contar ponto em seu currículo. Por fim, verifica-se (e a Constituição atual em boa hora proibiu) o vício de dar nome às obras de seus autores vivos: as pontes do Catão e de Antonio Leite, em Santa Leopoldina, são prova disto.

Notas de referência:

(1) Correio da Victoria, nº 94 de 5.12.1857

(2) Idem, n. 81, de 21.10.1857

(3) Relatório do Presidente da Província, 1888, p. 41. O Dr. Leite defende, no mesmo Relatório, que o Estado pague a passagem do imigrante, hospede-o nos primeiros dias e entregue-lhe lote medido, a preço baixo, e longo prazo. Aliás a política imigratória havia mudado, desde 1882, com o incentivo da vinda de estrangeiros através de contratos, para ingresso no país de "operários agrícolas". Veja-se, a propósito o Relatório do Presidente da Província Antonio Joaquim Rodrigues, de 1886.

2) DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Temos postulado que o Estado do Espírito Santo ganhou sua atual fisionomia humana só a partir da segunda metade do século XIX, quando começou a grande produção cafeeira na então Província, e, consequente colonização de seu "hinterland" por nacionais (principalmente paulistas, mineiros e fluminenses) e europeus (especialmente os de línguas alemã e italiana).

Qualquer estudo histórico anterior a 1859 é válido. Aí está, por

exemplo, o estudo sério das causas de nossa estagnação colonial. Porém, estará versando números estatisticamente insignificantes, se comparados, à época, ao Brasil e ao mundo.

Comprovante do que dizemos são os "Mapas estatísticos da população da Província do Espírito Santo", em 1856, organizado pelo Desembargador Tristão de Alencar Araripe, frequentemente citados através do Relatório do Barão de Itapemirim, 1º Vice-Presidente da Província, para o ano de 1857. (Cf. José Teixeira de Oliveira, HISTÓRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1ª edição, 1951, p. 344 e Maria Stella de Novaes, HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, s/d, FEES, p. 233).

Os originais dos mapas, enviados para o corte, talvez pela segunda vez, em 12.12.1882, pelo diligente funcionário Antônio Ferreira de Souza Pitanga (Arquivo do IHGB - lata 315, ms 7) dão nosso Estado então com o população livre de 36.823 habitantes, a que se devem somar 12.269 escravos.

Os dados profissionais nos indicam que ao lado de 25.349 sem profissão (mulheres e crianças?) havia 9.769 lavradores, 889 de ofícios mecânicos, 364 negociantes, 230 pescadores, 161 empregados públicos, 22 padres, 15 oficiais do exército, 4 médicos, 4 procuradores, 3 advogados e 3 boticários. Se levarmos em conta que os escravos também eram indicados como sem profissão, e que todos os três advogados residiam em Vitória, e dos médicos 2 estavam na Capital e 2 em Itapemirim, verificamos que o **facies** era bem semelhante ao que os viajantes estrangeiros e historiadores anteriores descreveram para a primeira metade do século.

Quanto à chamada idoneidade política havia 4.865 votantes, 107 eleitores (escolhidos pelos anteriores e que constituíam o Colégio Eleitoral) e 710 jurados.

Cinco eram os termos em que se dividia a Província, todos litorâneos:

1. Vitória, E. Santo, Cariacica, Viana, Mangarai e Carapina;
2. Itapemirim, Itabapoana e Cachoeiro;
3. Benevente, Guarapari e Piuma;
4. Serra, Queimado, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares;
5. São Mateus e Barra do São Mateus.

Havia 3.548 índios na região do Rio Doce, contra 2.503 no restante da região provincial. Era a seguinte a distribuição pela cor:

Termo	1	2	3	4	5
Branços	4.990	2.996	2.523	2.565	1.247
Índios	602	162	916	3.548	823
Pardos	6.356	1.571	2.767	1.758	1.373
Pretos	1.216	269	330	614	197

A predominância de pardos mostra a tendência já existente de branqueamento, e leva a outras considerações interessantes se comparada a outros dados fornecidos pelos "Mapas". Por exemplo, no Termo da Capital havia 13.164 livres e 3.807 escravos, o que, obviamente, não confere com os dados acima relativos à pigmentação da pele, admitindo que o número de informes elevado sem a respectiva declaração quanto à cor (mais de quatro mil) só por motivos sociais possam ser explicados.

Há um dado genérico quanto a europeus que eram 648, e, se levarmos em conta que Rio Novo era Colônia recém-criada, e Santa Leopoldina ainda seria criada, temos que inferir que tal número diz respeito, em sua maior parte, a portugueses. De fato, a estatística de 1854 relativa à Colônia de Santa Isabel, fornecida por José Martins Vieira, Secretário do Governo, em 25 de março daquele ano (Arquivo Nacional, Correspondência dos Presidentes - vol.8, *IJJ 363) nos dá 194 colonos, todos presumivelmente de língua alemã, sendo 70 menores de 12 anos, 43 de 12 a 30 anos, 48 de 31 a 40 anos, 32 de 41 a 60 anos e 1 maior de 61 anos; 114 eram católicos e 80 dissidentes, 106 solteiros, 79 casados e 10 viúvos, 105 homens e 89 mulheres.

À falta de maiores dados, pelo menos não encontrados até agora, ou não levantados à luz dos registros paroquiais existentes, leva-nos à conclusão de que serão difíceis os esforços de nossos historiadores demográficos para trabalharem nessa área de pesquisa em que são pioneiros, entre nós, Tulo Hostílio Montenegro e Rui Vieira da Cunha.

O desafio fez parte da motivação para a pesquisa: oxalá outros estudiosos se voltem para este campo quase inexplorado por nossos historiadores.

3) UM VELHO RELATÓRIO

A Tipografia Nacional, do Rio de Janeiro, editou, em 1881, o Relatório do engenheiro civil W. Milnor Roberts, sobre os exames dos portos de Vitória, Benevente, Piuma e Itapemirim, na então Província do Espírito Santo, oriundos de determinação do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Buarque de Macedo.

Como se trata de publicação rara, remeto os leitores interessados no texto integral ao Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde a encontrarão registrada sob n. 113, 3, 25, nº 3.

Antes de entrarmos no estudo do Relatório queremos dizer uma palavra inicial sobre a periodização da história de Vitória. Em geral ela tem sido feita à luz da periodização da história do Brasil, com os períodos colonial, imperial e republicano. Reputamos enganosa tal divisão. Enquanto no mundo externo fervia a revolução industrial, Vitória continuava a mesma cidade pré-industrial quando de sua fundação em 1550. Eventualmente um barco a vapor irrompia em nosso porto dando notícia das coisas novas que ocorriam lá fora. o telégrafo (com fios) é de 1874. Assim, a nosso ver a criação das primeiras ferrovias, a instalação de serviços de luz, água e esgotos é que servem de marco para dividir a história de nossa Capital. Em resumo: Vitória antiga, desde a fundação até o início do século XX; Vitória moderna daí a nossos dias, de vez que a passagem da cidade para a metrópole tem estado em gestação no último quarto do século.

Vejamos agora, em síntese, o que nos diz o Dr. Roberts.

O objetivo de seu trabalho foi "saber qual o melhor porto e qual o ponto mais vantajoso para iniciação de uma estrada de ferro demandando o interior" (p. 3) assunto que é amplamente debatido a partir de fls. 14, com uma análise do projeto anterior do engenheiro Hermilo Candido da Costa Alves, de 1875, visando a Província de Minas Gerais, quase um Império na opinião do A.

O engenheiro distingue entre a baía do Espírito Santo e o estuário da Vitória (p.4) o que atualmente se chama genericamente baía de Vitória e canal de acesso ao porto. A baía seria assim toda a porção de água salgada desde a ponta do Tubarão (na época também chamada Piraé, posteriormente Piraem) até o Farol de Santa Luzia, situado na ponta do mesmo nome, com a posição astronômica de 20º 19' de

latitude sul e 40° 15' de longitude ocidental de Greenwich.

Segue-se uma descrição técnica e recomendações aos navegantes de que evitem o banco de Carapebus assim como as Pedras Pacotes, cuja localização é astronomicamente indicada.

Victoria como se escrevia então, segundo o A. era "capital da província do Espírito Santo, situada na ilha do mesmo nome, a 3 1/2 milhas da barra, do lado setentrional do estuário. A ilha é formada por um braço de mar estendendo-se da baía do Espírito Santo até ao outro braço do estuário que, correndo para oeste, entra no estuário principal umas cinco milhas acima da cidade.

Descreve a ponte da Passagem que considera boa: "A ponte propriamente dita mede cerca de 70 metros de comprimento e a secção de vasão das águas da maré e fluviais apresenta uma largura de 60 metros entre os seis pilares e os dous encontros". Não observou movimento de passageiros e mercadorias, fazendo-se por água quase todo o tráfego do interior para a cidade.

Voltando a falar do porto refere-se ao mapa feito por Mouchez, capitão da armada francesa, em 1861, que serviu de base para a obra norte-americana **Coast of Brazil** que é de 1873, as quais elogia, informando que seus dados precisam de apenas pequenas correções.

Reporta-se aos rios que desaguam na baía, fazendo menção especial ao riacho que "teve a honra de ser chamado de Rio da Costa", do Costa ou Piratininga, o canal do Marinho, que pela primeira vez percorreu em lancha a vapor, e o do Santa Maria, cujo projeto de ser represado examinou, mas que achou desnecessário maior estudo (p. 11).

Recomenda que "No futuro, quando o comércio deste porto se tornar muito grande e importante, se na entrada for necessária uma profundidade sensivelmente maior do que a atual, poder-se-á obtê-la tapando os canais entre as ilhas." (p. 13).

E conclui a parte relativa a nossa Capital: "Victoria não obstante todas as suas vantagens naturais como porto comercial, tem pouco comércio. É uma cidade sem progresso, precisando do estímulo de uma estrada de ferro para o interior, onde possa encontrar alguma região produtora e populosa. Sem algum meio moderno de transporte para uma tal região ela continuará a definhar".

As estradas de ferro vieram, e, de fato, o que profetizou o engenheiro Roberts se concretizou, iniciando-se, a nosso ver, o segundo período da história urbana de nossa Cidade da Vitoria.

A PROPÓSITO DO BICENTENÁRIO DA CONJURAÇÃO MINEIRA (*)

MIGUEL DEPES TALLON

I

Antes de qualquer coisa, quero adiantar que só a conhecida generosidade de Renato Pacheco poderia ter sido capaz de vislumbrar, em mim, condições para dizer algo que pudesse vir a se constituir em homenagem, ou mesmo sei-lá-o-quê que pudesse valer a pena, sobre a Conjuração Mineira.

Depois, acho que todos concordam: há muito pouco - pelo menos, no momento - de novo, que se possa suscitar nos limites estreitos de uma homenagem, de uma palestra. Daí porque nenhuma pretensão de apresentar novidades me toma neste instante. Desejo apenas - e nada mais - pinçar algumas questões que, conquanto não sejam nem novas, nem estranhas aos senhores, possam merecer, talvez, uma análise - quem sabe? - mais intensa, mais - como diria? - cuidadosa. E talvez cuidadosa nem fosse o termo.

O fato é que nada mais pretendo, senão evocar, e com a brevidade do tempo que me coube, essas questões.

II

INCONFIDÊNCIA OU REVOLUÇÃO

Penso que a primeira questão que emerge é a denominação do movimento. Por que Inconfidência? Recorrendo ao "Aurélio", verifico que **inconfidência** é a

"1. Falta de fidelidade para com alguém, particularmente para com o soberano ou o Estado. 2. Abuso de confiança; deslealdade; infidelidade. 3. Revelação de segredo confiado. Inconfidência Mineira. Conjuração Mineira." (Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa", Nova Fronteira, 2ª ed., Rio de Janeiro. p. 932).

E logo em seguida, o verbete "inconfidente":

"1. Que está envolvido em Inconfidência. Infiel. 3. Que divulga os segredos que lhe confiaram. Cada um dos cidadãos que tomaram parte na Inconfidência Mineira; conjurado."

(Idem, p. 932).

Bem, aí está. Só que me pergunto - como se perguntarão os

(*) - Palestra proferida no IHGES, em homenagem à Conjuração Mineira.

senhores - se todos traíram? Sabe-se que houve a delação de Silvério dos Reis a Barbacena - delação oral, seguida da delação escrita. Sabe-se, com certeza, que Malheiro Dias e Pamplona também enviaram suas cartas de denúncia. Há também a de Freire de Andrade, remetida trinta dias depois da primeira e, obviamente, quando a conspiração já era conhecida. Pode até ser que não, mas, particularmente, tenho essa denúncia, essa "inconfidência", do coronel de dragões, Freire de Andrade, muito mais como uma eventual alternativa processual, um alibi, do que qualquer outra coisa. Há as denúncias dos dois Resende Costa, o pai e o filho. Há indícios de que Alvarenga Peixoto pretendia delatar e Bárbara Heliodora não teria permitido. Teria sido verdade? Pode ser. Prefiro que seja. É mais bonito. E aí entramos naquela velha história do jornalista, no clássico filme de John Ford, "Quem matou o facínora?", na cena em que o jornalista, depois de ouvir e anotar a versão real dos fatos, rasga as suas anotações e, perguntado porquê, responde que **"se a lenda é melhor que a versão histórica, imprime-se a lenda"**. É mais ou menos isso que Jean Cocteau diz, em outras palavras: **"Eu prefiro a mitologia à História, porque a História parte da realidade e com frequência chega à mentira, enquanto a mitologia parte da fantasia e vai velozmente em direção à realidade."**

Não vão pensar os senhores, que pretendo, aqui, fazer a apologia da lenda. Não. Não se trata disso. É que mesmo com relação ao problema das denúncias, das delações, apresenta-se a grande dificuldade, que até hoje, como uma cortina de fumaça, impede que sobre o movimento surjam mais luzes. É a questão da documentação, da monolinearidade da versão existente, e sobre a qual já vou falar, tão logo encerre essa questão da "inconfidência".

Bem, eis, pois, que são várias as denúncias, as inconfidências. Mas, para se abraçar um nome desses, que eu diria até cruel, seriam tais delações suficientes? E os demais? Teriam traído também? Dependendo do ponto de vista pelo qual se encare o movimento, acho que se pode ser levado a pensar que, também os demais, senão todos, à exceção de Tiradentes, quase todos traíram. Sim, porquanto nos interrogatórios, talvez com o propósito de se eximirem, acusaram-se uns aos outros. Cláudio Manoel da Costa fez carga sobre Gonzaga. Oliveira Lopes acusou Inácio Pamplona e João Rodrigues de Macedo. E nenhum deles nada fez, para que não acabasse pesando sobre os ombros do alferes Xavier a culpa maior do movimento.

É bem verdade que muitos fatos podem explicar tão inusitada e deplorável conduta, sem que com isso se pretenda condescender com a traição. Mas há que se levar em consideração a dureza do processo.

A devassa consumiu virtualmente três anos de interrogatórios, acareações constrangedoras, embargos, libelos, até a sentença, cuja leitura consumiu nada menos que dezoito horas. A isso se soma o isolamento a que foram submetidos os réus. Não se viam. Não se falavam. De sua incomunicabilidade só saíam para as acareações, tanto assim que só voltaram a se encontrar no momento dramático da sentença. E, ali, por quatro horas, se verberaram, acusando-se uns aos outros, como responsáveis por suas condenações. Sim, pois só depois desse lamentável quadro seria lida a carta de clemência para todos, à exceção de Tiradentes. Ora, numa situação dessas só os muito fortes se conservam inabaláveis. E mesmo assim, às vezes, fraquejam. Cecília Meirelles, no seu magnífico "Cancioneiro da Inconfidência", retrata, no "Romance LIX ou Da Reflexão dos Justos", essa situação, em versos de uma dramaticidade única e aos quais recorro:

".....
Quando a desgraça é profunda,
que amigo se compadece?
.....

Talvez chore na masmorra.
Que chorar não é fraqueza.
.....

Também a memória sofre,
e o heroísmo também cansa.

Não choram somente os fracos.
O mais destemido e forte,
um dia, também pergunta,
contemplando a humana sorte,
se aqueles por quem morremos
merecerão nossa morte".

(Meirelles, Cecília. "Romanceiro da Inconfidência". Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1975, págs. 148/149).

Afonso Arinos de Mello e Franco, analisando as idéias da inconfidência, revela que os conspiradores, de fato, já possuíam o esboço de um programa. Pretendiam a instalação de uma república liberal, ainda que escravista. Queriam a mudança da capital para São João Del Rei. sonhavam com uma universidade, com indústrias e fábricas. Já tinham um lema. Já tinham uma bandeira. Já tinham a data para a deflagração do levante. Já tinham a senha.

Sem querer inovar, como o pretende o poeta Afonso Ávila, que vê a Inconfidência como não tendo sido **“gerada pela crise tributária que prejudicou os interesses dos grupos de mando, mas sim produto de uma vontade coletiva que foi sufocada e deixou reflexos na História do país, com apoio popular e um programa de governo tão moderno que até agora o país não o alcançou na prática.”** (in “Sala de Aula”, nº 40, abr. 89. pág. 27), penso que a questão fiscal e o escravismo foram fundamentais para a identidade do movimento. E a modernidade, onde haja qualquer resquício de escravismo. Mesmo assim, quero iterar que o movimento tinha um programa, tinha um projeto de uma nova sociedade. Livre, em termos, porém, livre. Penso que mais do que diante de qualquer outra coisa, o que se tinha já era, na verdade, uma revolução. Acho que talvez não ficasse mal: no lugar de Inconfidência, Revolução Mineira. Aliás, analisando a ideologia do movimento, Afonso Arinos de Mello Franco observa que

“a Inconfidência Mineira, tomada como movimento de classe, no sentido da crítica histórica, foi nitidamente um movimento de ideologia burguesa, com tendência para a esquerda pequeno-burguesa. Pode-se mesmo observar que a grande burguesia de Minas, altos funcionários, patentes superiores da tropa, construtores de impostos, clérigos e estudante ricos se afastavam um pouco, nos planos conspiratórios, dos mais típicos representantes da pequena burguesia, como militares de patente baixa. Os funcionários, prepostos e estudantes de pouco recursos.”(Franco, Afonso Arinos de Mello. “As idéias da Inconfidência”, ins. “Terra do Brasil”, Rio de Janeiro, 1939, pág. 77).

III

A QUESTÃO DA MONOLINEARIDADE

Uma das maiores dificuldades que o historiador encontra ao se deparar com a Inconfidência Mineira é que duzentos anos depois de descoberta a conspiração, a única versão continua sendo a oficial. Isso porque tudo que se levantou, fulcrou-se nos Autos da Devassa. E mesmo os autos, em algumas partes, foram também fraudados, pelo juiz e escrivão da comissão processante, José César Caetano Manitti, com a inequívoca intenção de proteger o contratador João Rodrigues de Macedo. Até porque, como escrivão, Manitti tinha o poder de distorcer as palavras. E sobre isso, mais uma vez, invocando Cecília Meirelles, no “Romanceiro”, tem-se no “Romance LII”:

“Nunca o escrivão escreve o que a vítima diz.”

Keneth Maxwell, um inglês radicado nos Estados Unidos e que escreveu uma das mais importantes obras sobre o movimento, titulada "A Devassa da Devassa", aponta em sua obra as manobras de Manitti, para encobrir não só Macedo, mas também Pamplona. Mais ainda Macedo, através do qual se poderia chegar ao próprio Barbacena ("A Devassa da Devassa", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 218).

Além dos volumosos autos, pouco ou quase nada há. No Caderno "B-Especial", do "Jornal do Brasil", de 16 de abril, deste ano, a historiografa Beatriz Magalhães se lamenta, lembrando que **"a documentação pesquisada até agora é oficial e está praticamente reduzida aos Autos da Devassa" (JB-"B-Especial", 16.04.89, p.1).** Essa também é a mesma opinião do historiador Francisco Iglésias, **no mesmo jornal. Iglésias recorda que "só temos acesso à fala dos inconfidentes de forma indireta, deformada e fragmentada, segundo os interesses do processo, reproduzida em situação de coerção."** (in "JB", "B-Especial", 16.04.89, pág. 1). Ainda mais que, ao contrário do que pensam alguns, foram em número reduzido as reuniões dos conspiradores e só se consegue delas uma notícia precisa, nos últimos meses de 1978. Daí se infere que, para se chegar a um programa como o elaborado, certamente algumas reuniões preliminares tiveram de ser feitas. E dessas conversas o que restou? E a correspondência que os conspiradores devem ter trocado entre si? Estará perdida, destruída por familiares temerosos das consequências, que tais documentos poderiam acarretar? Estará guardada em algum baú? Teria sido confiscada? Não sei. Não se sabe. Tem-se, por exemplo, conhecimento, de que, na prisão, Alvarenga Peixoto se correspondia com Bárbara Heliodora. Onde estão essas cartas? O que foi feito delas?

Enquanto fatos novos não surgem, a versão é a oficial, é a que se tem, linear, mais que isso, monolínear. Contudo, há esperanças. A Universidade Federal de Minas Gerais conseguiu listar, na Câmara de Ouro Preto 6.843 (seis mil, oitocentos e quarenta e três documentos), da mais variada natureza, da mais diversa procedência. Entre tais documentos, acham-se disputas de heranças, ordens de Lisboa, relatórios de autoridades locais, ações possessórias e requerimentos para provimento de cargos. É possível que dessa documentação surja alguma luz. Mesmo porque é muito provável que, no exílio, tivessem os conspiradores feito relatos a terceiros, ou, quem sabe?, correspondendo-se, poderiam ter cometido, entre si, outras inconfidências.

A QUESTÃO DA "INTELLIGENTSIA" MINEIRA

Uma outra questão que me desperta a atenção é a do alto nível de algumas figuras do movimento. Para a época, indiscutivelmente, havia três grandes poetas árcades: **Tomás Antônio Gonzaga**, **Inácio José de Alvarenga Peixoto** e **Cláudio Manoel da Costa**, este, um exímio sonetista.

A questão dos poetas desborda na até hoje discutida autoria das "**Cartas Chilenas**". **Estudiosos têm visto na "Cartas"**, que, como poemas satíricos, desfrutavam de considerável popularidade na Vila Rica de então, evidências estilísticas que poderiam indicar como seu autor, Gonzaga. Há, do mesmo modo, os adeptos de Cláudio Manoel da Costa e, em menor número, de Alvarenga. Hoje, emergem razões de ordem literária e prática, para se identificarem entre as evidências estilísticas as penas de, pelo menos, dois dos três poetas: Gonzaga e Cláudio Manoel. De repente, poderia ter sido até, um jogo, no qual as revelações estilísticas, ora de um, ora de outro, pudessem servir para dificultar a identificação do autor das "**Cartas**", mantendo-se ambos em segurança.

Ainda sobre Cláudio Manoel da Costa, há uma particularidade: possuía uma biblioteca de 388 volumes. Ora, estou a falar do Século XVIII e num Brasil, onde não só não havia nenhuma universidade, como também tipografia. Só para se estabelecer um paralelo, o filósofo germânico Immanuel Kant, que viveu em Konisberg, de 1724 a 1804, tinha uma biblioteca, que não ultrapassava as trezentas obras. Mas, com tudo isso, a biblioteca de Cláudio Manoel da Costa não amedrontava tanto ao poder, quanto a biblioteca do cônego **Luís Vieira**. Essa, sim, uma monumental biblioteca, para a época, de mais de 800 volumes, em latim, em francês, em inglês, em italiano, em espanhol, e, naturalmente, em português.

Sobre o clérigo Luís Vieira, o escritor Eduardo Frieiro escreveu o livro "O diabo na livreria do cônego", onde analisa exatamente esses aspectos. Penso mesmo que muito se saberia sobre a época e sobre os homens que a fizeram, se se dispusesse - o que não creio possível - de uma listagem completa das obras que compunham a biblioteca do cônego.

Penso - e acho que há uma unanimidade a esse respeito - que havia uma elite pensante, notavelmente influenciada pelo pensamento liberal. E essa elite formou-se, certamente, nas universidades européias.

Há registros de que, num relativo período de tempo, perto de trezentos estudantes brasileiros se encontravam frequentando os estabelecimentos de ensino superior da Europa.

Acho, pois, que a Conjuração Mineira se forma antes de 1789. Jean Starobinski, ao analisar o ano de 1789 - e eu penso que sua análise, conquanto centrada na Revolução Francesa, também se aplica à Inconfidência - lembra, com muita felicidade, que **“as formas que a Revolução porá a seu serviço já estão inventadas antes de 1789”** (Starobinski, Jean. “1789: Os Emblemas da Razão”. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pág. 17). Com isso, penso que o que o historiador suíço está pretendendo dizer, é que **“a Revolução procede de um pensamento e de um clima moral anteriores: é o afloramento a céu aberto. A história do ano de 1789, confirmação veemente de uma transformação social preparada e já parcialmente realizada de longa data, desenvolve uma série de acontecimentos espetaculares, encadeados como as cenas de uma tragédia, iluminados por um clarão de rara intensidade”**. (Starobinski, ob. cit., pág. 18) Também a Inconfidência Mineira se insere no contexto revolucionário dos oitenta. Nem de outra forma poderia ser, porquanto comprovaria a formação de um amplo plainel revolucionário, em que fatores de ordem econômica, social e política se imbricam num conjunto homogêneo, do qual as Conjurações Carioca, de 1794 e Baiana, de 1788, e as Revoluções Pernambucanas fecham o ciclo.

Ainda com relação ao quadro de idéias que se compôs, o mesmo Starobinski assevera que **“quando a evidência da razão e do sentimento ganha força de lei radiosa, toda relação de autoridade e de obediência que não esteja fundada nessa base está condenada a não ser mais que trevas”** (Starobinski, ob. cit., pág. 38).

Aliás, mais adiante, Starobinski evoca Benjamin Constant, que, à certa altura do seu **“Deseffets de la Terreur”**, dizia que, **“em todas as lutas violentas, os interesses correm atrás das opiniões exaltadas.”** (Apud Starobinski, ob. cit.).

V

A QUESTÃO DA PROVÁVEL PARTICIPAÇÃO DE BARBACENA

Acho que a participação do Visconde de Barbacena e então governador é, no mínimo, controvertida. Essa controvérsia começa a se delinear a partir de um encadeamento de fatos: por que Barbacena protegeu Macedo? Por que protegeu Pamplona? Por que não adotou providências para reprimir a conspiração, tão logo Silvério dos Reis a delatou? Por que demorou um mês para se mover? Por que exigiu de

Silvério uma segunda denúncia, esta, escrita? Com que intuito distorceu os fatos em sua correspondência?

É muito improvável que, dada a sua amizade com Cláudio Manoel da Costa e com o contratador Macedo não tivesse o governador conhecimento do levante.

Maxwell observa que **“Vicente Vieira declarou, por exemplo, que uns oito dias antes da prisão de Gonzaga fora chamado a Cachoeira e com ele discutindo a conspiração e os negócios de Rodrigues de Macedo. O juiz respondeu ao guarda-livros de Macedo não ser crível “que o governador de Minas, conhecidamente zeloso, e exacto nesta matéria, arriscasse com elle respondente um segredo de tanta importancia”. Vicente Vieira insistiu reafirmando a verdade de seu depoimento e, além disto, disse ao juiz que se não estivesse em situação de incomunicabilidade poderia pedir ao governador a confirmação do fato.”** (Maxwell, ob. cit., pág. 219).

E, mais à frente, ainda Maxwell:

“Posteriormente chegou a pedir a Barbacena que confirmasse as declarações de Vicente Vieira. O governador parece ter considerado prudente ignorar a indagação ou pelo menos procrastinar a resposta a tal ponto que ainda não fora dada em abril de 1892, quando os prisioneiros foram sentenciados.” (Maxwell, ob. cit., pág. 219):

Além desse fato - o depoimento de Vicente Vieira, o guarda-livros de Macedo, perfeitamente registrado nos autos do processo - há toda uma série de indícios, inclusive, o mais importante, a questão da delação de Silvério dos Reis. Como se sabe, Silvério fez a Barbacena uma denúncia oral. Tomando ciência do fato e, tendo em vista a importância dos envolvidos, não só deveria agir de pronto, como, inclusive, deveria dar-se por satisfeito com a delação. Por que então exigir mais adiante, dias depois, dando tempo a alguns para se precaverem, uma denúncia por escrito? Por acaso suspeitava de que poderiam desconfiar de sua conduta, assim agindo, sem nenhuma delação por escrito? Se suspeitava, por que o fazia? Afinal, a sua palavra de governador deveria bastar. No entanto, cobrou de Silvério a denúncia escrita, não só para justificar a conversa que com ele tivera, mas, também, certamente, para justificar a exigência, sob o pretexto de ter Silvério uma base concreta para cobrar o preço da delação. Mesmo porque, a Conjuração, ainda segundo Maxwell, é constituída “de reuniões secretas, relatórios, confidenciais de encontros furtivos, interrogatórios, traições e assassinato” (Maxwell, ob. cit., pág. 14)

VI

A QUESTÃO FISCAL

Parece-me e acho que é essa a opinião da maioria dos que se debruçam sobre a Inconfidência, em sua busca de resposta, que a questão fiscal foi o grande móvel, a causa mais importante desse processo conspiratório.

Vivia a Capitania das Minas Gerais a sua Idade do Ouro e, justamente em função do ouro. Para se ter uma idéia é preciso que se diga que, de 1734 a 1664, a produção de ouro rendeu à Coroa um quinto de três dígitos, por 21 anos, nesse período de três décadas, sendo que dos nove anos em que não se alcançou a marca dos três dígitos de quinto ouro, três deles não podem ser computados por absoluta falta de informação. Acrescente-se que o quinto-ouro era computado em arrobas, chegando-se ao ponto máximo, no ano de 1739, quando a produção gerou 291 arrobas de ouro, de quinto real.

Ocorre que a produção declinou de 1767 em diante, não mais permitindo que o quinto atingisse os três dígitos.

Como defesa fiscal, a Coroa estabeleceu um quinto mínimo anual da ordem de 100 arrobas, que deveriam ser cobradas de qualquer forma, inclusive pelo sistema da capitação. Isso queria dizer que, não atingindo a produção quantidade capaz de gerar de quinto as 100 arrobas estabelecidas, a diferença entre o mínimo exigível e o quinto real seria paga por toda a população. Era o sistema da capitação.

É por demais óbvio o descontentamento que tal medida provocou, a ponto de não terem tido as autoridades coragem suficiente para empreender a cobrança, a derrama da diferença. Diante de tal omissão, a diferença foi se acumulando, até perfazer a cifra absurda de 596 arrobas - o equivalente a 56 milhões de cruzados novos -, uma dívida verdadeiramente impagável, a ponto de ter induzido Keneth Maxwell à seguinte conclusão:

“Utilizando registros fiscais e comerciais dos oligarcas de Minas Gerais fui levado a concluir que os registros históricos foram distorcidos e que um poderoso grupo de empresários, entre os quais alguns dos homens mais ricos e mais influentes da região, conseguiu evitar ser incriminado na ocasião e, posteriormente, foi esquecido pela história. A distorção teve origem, creio eu, no testemunho do governador de Minas Gerais, o Visconde

de Barbacena, cujos relatórios para Lisboa e para o Vice-Rei, no Rio de Janeiro, foram aceitos - em determinados aspectos importantes - como uma narrativa precisa dos acontecimentos.”

(Maxwell, ob. cit., pág. 13).

Com o endividamento geral, o clima não poderia ser mais propício ao desenvolvimento de uma conspiração, o que, aliás, ocorreu.

VII

Sei que me estendi mais do que deveria, em relação ao tempo que me coube, sem que chegasse a abordar outras questões que reputo importantes, como a questão do mito com que se revestiu a figura de Tiradentes, além de outros aspectos como o quase certo assassinio de Cláudio Manoel da Costa, no cárcere e o episódio misterioso e legendário do “embuçado” - onde termina a lenda? Onde começa a realidade? - e a questão processual da sentença, interessantíssima e, que, por si só, merecia uma tese sobre a processualística da época. Mas, como disse, não foi possível. Fica, porém, o repto para que outros o façam.

Agora, que os senhores já perceberam o acerto do que eu disse, quanto a não ser o mais indicado para falar em tão notável momento, só me resta pedir desculpas à assistência e lhe agradecer pela demonstração de imensa paciência.

Vitória, abril de 1989.

A JUSTIÇA NO ESPÍRITO SANTO DURANTE A REPÚBLICA VELHA

J. P. Amorim

Proclamada a Independência do Brasil em 1822, tivemos como forma de governo a monarquia constitucional unitária. O poder judiciário era centralizado, os magistrados gozavam de vitaliciedade, sendo nomeados ou demitidos somente pelo imperador.

Com o advento do regime republicano federativo em 1889, houve a descentralização, decretando-se então a dualidade da justiça.

Pelo Decreto nº 848 de 11 de outubro de 1890, o marechal Deodoro da Fonseca criou a Justiça Federal, com uma seção judiciária em cada Unidade da Federação.

Quanto à magistratura estadual, o chefe do Governo Provisório deu plena autonomia aos Estados para a organização do seu Tribunal, respeitando os princípios constitucionais.

Desde a sua instalação em 1891, passaram pela seção deste Estado os seguintes juizes federais: Joaquim Pires de Amorim, Raul de Souza Martins, Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, desembargador José Clímaco do Espírito Santo, José Tavares Bastos e Afonso Correia Lório. A Justiça Federal foi extinta pela Carta de 10 de novembro de 1937 e restabelecida recentemente pela reforma constitucional de 1967.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Pelo Decreto nº 95, de 11 de maio de 1891, o governador Antônio Gomes Aguirre criou o Tribunal de Justiça, sendo instalado a 4 de julho do mesmo ano composto de juizes e advogados, em número de cinco: Drs. José Feliciano Horta de Araújo (presidente) José Camilo Ferreira Rebelo, Epaminondas de Souza Gouveia, Manoel Armínio Guaraná e Carlos de Souza Fernandes.

Por motivo de renúncia do Barão de Monjardim, governador do Estado, foi aclamada em 19 de dezembro de 1891 uma Junta Governativa de que fizeram parte o Cel. Inácio Gouveia, Drs. Galdino Loreto e Graciano Neves. Em 24 de dezembro a Junta dissolveu o Tribunal e tornou sem efeito as nomeações dos desembargadores.

No mesmo dia organizou-se outro Tribunal com novos membros. Drs. Afonso Cláudio de Freitas Rosa (presidente), Luiz Manoel Mendes Veloso, Getúlio Augusto de Carvalho Serrano. Estevam José de Siqueira e Manoel Jerônimo Gonçalves.

Posteriormente foram nomeados desembargadores os Drs.

Gregório Magno Borges da Fonseca, José Cardoso da Cunha, Antônio Ferreira Coelho, Daniel Germano Montarroios, Barcímio Paes Barreto, João Madeira de Freitas, Manoel dos Santos Neves, Carlos Francisco Gonçalves, Francisco de Paula Mendes Vanderlei, Anésio Augusto de Carvalho Serrano, Lourenço de Morais Freitas Barbosa. Levino de Holanda Chacon, José Espíndula Batalha Ribeiro, Genuino de Andrade, Josias Batista Martins Soares, José Antônio Lopes Ribeiro, Henrique O'Reili de Souza, Cristiano Vieira de Andrade, Oscar Farias Santos, Carlos Xavier Paes Barreto, Cassiano Cardoso Castelo, Augusto Afonso Botelho e José de Barros Vanderlei.

De 1891 a 1930 foram nomeados 33 desembargadores.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O cargo de Procurador Geral do Estado, hoje Procurador Geral da Justiça, foi criado pela Constituição de 20 de junho de 1891 e até a regulamentação da Lei ocorrida em 1899, era exercido por membros do Tribunal de Justiça, podendo a partir dessa regulamentação ser desempenhado por formados em direito de reconhecida cultura jurídica.

Ocuparam o cargo de Chefe do Ministério Público ou Procurador Geral, desde sua criação até a revolução de outubro de 1930 os Drs. José Camilo Ferreira Rebelo, Manoel Arminio Guaraná, Luiz Manoel Mendes Veloso, Estevam José de Siqueira, Getúlio Carvalho Serrano, Barcímio Paes Barreto. Sérgio Loreto, Ricardo Pereira de Faria, José Cesário Monteiro de Barros, José Belo de Amorim, José batalha Ribeiro, Manoel Cladoaldo Linhares, Manoel Xavier Paes Barreto, Henrique O'Reili de Souza, Carlos Xavier Paes Barreto, Carlos Francisco Gonçalves, Afonso Cláudio, José Bernardino Alves Júnior, Levino Augusto de Holanda Chacon, Josias Batista Martins Soares, Ubaldo Ramalhete, Mirabeau Pimentel, Aloísio de Menezes, Danton Bastos, Carlos Gomes de Sá e Jair Etienne Dessaune.

A Justiça Federal no Espírito Santo

Proclamada a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, as capitanias foram elevadas a províncias e o regime aprovado pela Constituição de 1824 foi o de monarquia unitária.

A justiça era centralizada, os magistrados gozavam de vitaliciedade, sendo nomeados ou demitidos somente pelo Imperador.

Quando ocorreu a revolução de 15 de novembro de 1889, além do Supremo Tribunal de Justiça, com sede na capital do Império, funcionavam onze Tribunais de Relação em diversas regiões do país.

A província do Espírito Santo, depois estado, subordinada à Relação do Rio de Janeiro, possuía oito comarcas e dez termos judiciários. O Governo Provisório de República adotou o sistema federativo e decretou a qualidade da justiça, cabendo a cada Estado a organização do seu Tribunal.

Pelo Dec. nº 848, de 11 de outubro de 1890, o marechal Manoel Deodoro da FONSECA criou em todas as unidades da federação uma seção da Justiça Federal.

A 14 de novembro de 1890 foram nomeados para a Seção do Espírito Santo os Srs. Dr. Joaquim Pires de Amorim (juiz seccional), Dr. Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto (juiz substituto), Dr. Gonçalo Marinho de Albuquerque (procurador seccional), Dr. Manoel Augusto da Silva (procurados fiscal da fazenda) e coronel João Antunes Barbosa Brandão (escrivão).

O Dr. Pires de Amorim, republicano histórico, formado em 1863 pela Faculdade de São Paulo, ingressou na vida pública na comarca de Itapemirim como advogado, jornalista e político. Desempenhou o mandato de deputado provincial, exerceu os cargos de procurador fiscal, chefe de Polícia e presidente de bancas examinadoras do tradicional educandário Ateneu Provincial.

Foi juiz municipal e de órfãos de Cachoeiro de Itapemirim e juiz de Direito de São Mateus. Em pleno exercício de juiz federal, aposentou-se em 1911, passando a residir no Rio de Janeiro, onde faleceu a 18 de junho de 1920.

O Dr. Galdino Loreto, natural de Pernambuco, além de magistrado foi político. Chefe de Polícia, deputado estadual e federal falecendo em Vitória em 1909.

Filho do Estado de Alagoas, o Dr. Gonçalo Marinho veio para o Espírito Santo em 1888 como promotor de Santa Cruz. Nomeado procurador seccional exonerou-se pouco depois, aceitando o cargo de juiz de direito de Benevente.

Do Dr. Manoel Augusto da Silva, não tivemos dados biográficos. Fomos apenas informados ser profundo conhecedor de direito.

Dirigindo o cartório até 1902 esteve o coronel João Antunes Barbosa Brandão, ex-comandante da Polícia do Espírito Santo e herói da campanha do Paraguai.

É o patrono da Polícia Militar e tem o seu busto no Quartel de Maruípe.

O coronel Brandão faleceu em 1902, sendo seu sucessor o cidadão Vicente Boa Morte, que ocupou o cargo até 1937, quando foi extinta a Justiça Federal.

Removido de Mato Grosso, assumiu a seção do Espírito Santo, vaga devido a aposentadoria do Dr. Raul de Souza Martins, maranhense, notável comercialista, sendo convocado várias vezes para o Supremo Tribunal Federal. Aqui permaneceu até 1904, quando foi transferido para o Rio de Janeiro.

O nosso terceiro juiz federal foi o Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, que aqui julgou de 1904 a 1906. Removido para a seção de Pernambuco, seu estado natal, dedicou-se a política, sendo senador federal e presidente do Estado.

Em substituição ao Dr. Loreto foi nomeado o desembargador José Clímaco do Espírito Santo, que faleceu em 1910. Não tivemos em mão o seu currículo.

Nesse mesmo ano assumiu a seção deste Estado. O Dr. José Tavares Bastos alagoano, que durante alguns anos advogou e julgou no interior do Estado do Rio de Janeiro, magistrado rígido e imparcial, de notório saber jurídico com mais de quarenta livros publicados. Suas decisões, sobretudo na agitada década de 1910, marcaram com brilhantismo sua atuação no Espírito Santo. Em 1932 foi removido para o Distrito Federal.

O Sexto e último juiz federal foi o Dr. Afonso Correia Lório, nosso coestaduano, nomeado em 1933, ex-procurador seccional ou procurador regional.

Antigo jornalista, político e parlamentar. Foi vice-presidente do Congresso Estadual, membro da Junta Governativa em 1930, secretário do Interior e Justiça e Interventor Federal interino. Extinta a Justiça Federal em 1937, foi posto em disponibilidade, sendo aproveitado no ano seguinte na nona Vara do Distrito Federal. Aposentado em 1946, veio a falecer em Vitória em 1949.

Como juizes substitutos passaram pela Seção deste Estado os Drs. Cândido Faria Chaves, Mário de Menezes, Pedro Martins da Rocha e Walter Siqueira.

Dos procurados citamos os Drs. Astério Martins da Costa, Argeu Hortêncio Monjardim, Oswaldo Pogi Figueiredo e Lindolfo Barbosa Lima.

A Constituição de 1937 suprimiu a Justiça Federal nos Estados. Com o advento da Carta de 1967, esse órgão do Poder

Judiciário foi restabelecido.

Desde o restabelecimento estão à frente da Seção deste Estado os Drs. Romário Rangel e Oswaldo Aguirre, inteligentes e austeros.

De caráter inflexível, o Dr. Rangel prestou serviços relevantes à magistratura do Estado e o Dr. Aguirre no Ministério Público, mereceu elogios.



E N S A I O S

CASTILHOS: A GÊNESE DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO NA REPÚBLICA (*)

MIGUEL DEPES TALLON

Sob a influência das idéias positivistas, desenvolveu-se no Brasil, a partir das últimas décadas do século passado, uma corrente de pensamento tipicamente autoritária.

Embora "a primeira manifestação do positivismo no Brasil tenha se verificado em 1844, com a apresentação da tese "Plano e Método de um Curso de Filosofia", à Faculdade de Medicina da Bahia, por Justiniano da Silva Gomes, a sua primeira manifestação social se verifica com a publicação de "A Escravatura no Brasil, precedida de um artigo sobre a agricultura e colonização no Maranhão", de autoria de Francisco Antônio Brandão Júnior." (1)

Por uma série de determinantes, entre as quais o fracionamento da classe dominante, o choque de interesses entre o latifúndio estancieiro e a pequena burguesia emergente - choque se manifestava pela oposição entre as regiões da campanha e da serra (2) - essa corrente de pensamento achou solo fértil no Rio Grande do Sul, desbordando numa vertente tão vigorosa; a ponto de vir a ser distinguida como "Castilhismo", que viria, em última análise a designar os seguidores do líder gaúcho Júlio Prestes de Castilhos, que não poucos consideram como o "pai dos ditadores" brasileiros (3). Aliás, nesse sentido, José Honório Rodrigues já acentuava, com muita felicidade que:

"Sabe-se que no Brasil os ditadores nascem no Rio Grande do Sul, se não considerarmos como ditadores os Marechais Deodoro e Floriano, ambos ganhando posição singular, mas não exatamente ditatorial". (4)

O mesmo José Honório Rodrigues, citado por Eduardo Bueno, lembra que "o castilhismo é um dos três pilares do autoritarismo gaúcho. Os outros dois são o Colégio Militar, que adotou o positivismo, e o caudilhismo de origem artiguista. Os presidentes Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo foram influenciados justamente por esses três fatores." (5)

Parece, pois, evidente ter o Brasil conhecido uma tradição a nível de pensamento autoritário diretamente derivada do pensamento castilhista e levada à concreção em três momentos de nossa História - um primeiro, quase que inteiramente regionalizado e correspondente aos períodos de governos de Júlio de Castilhos e de seu sucessor

Borges de Medeiros, à frente do Rio Grande do Sul; um segundo, de dimensões nacionais, expressado na ditadura estadonovista de Vargas; e um terceiro, também nacional, caracterizado pelo regime militar de 64 - este último, sem dúvida, o que mais de perto exprime o pensamento castilhistas e o seu modelo de estado. O que proponho, pois, nesta comunicação, é abrir à discussão o pensamento castilhistas, o seu autoritarismo imanente e o seu modelo de estado.

Inúmeras tentativas têm sido feitas, no sentido de se tentar dimensionar a influência das idéias autoritárias na História Brasileira. Em brilhante ensaio, Bolívar Lamounier menciona os trabalhos desenvolvidos por Barrington Moore Jr., Jarbas Medeiros e Wanderley Guilherme dos Santos, (6) preferindo ele próprio elaborar os contornos do que concebe como modelo do autoritarismo brasileiro, listando oito pontos fundamentais: "o predomínio do princípio estatal sobre o do mercado, uma visão orgânico-corporativa da sociedade, um objetivismo tecnocrático, uma visão autoritária do conflito social, a não organização da sociedade civil, a não mobilização política, um elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e, finalmente, o Leviatã benevolente".(7) Mario Stoppino no ensaio que elaborou para o "Dicionário de Política", organizado por Norberto Bobbio, lembra que

"em sentido generalíssimo, fala-se de regimes autoritários, quando se quer designar toda a classe de regimes antidemocráticos. A oposição entre Autoritarismo e democracia está na direção em que é transmitida a autoridade, e no grau de autonomia dos subsistemas políticos (os partidos, os sindicatos e todos os grupos de pressão em geral). Debaixo do primeiro perfil, os regimes autoritários se caracterizam pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou, quando tais instituições existem, pelo seu caráter meramente cerimonial, e ainda pelo indiscutível predomínio do poder executivo. No segundo aspecto, os regimes autoritários se distinguem pela ausência da liberdade dos subsistemas, tanto no aspecto real, como no aspecto formal, típica da democracia. A oposição política é suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real." (8)

Ora, não se permitiu que funcionasse o parlamento, durante o Estado Novo (1937-1945). E o seu funcionamento, no regime militar de 64, foi pouco mais que cerimonialesco, submetido que fora a uma hegemonia incontestada do Poder Executivo. Diferente não foi o "estado castilhistas", no Rio Grande do Sul, onde Castilhos, autor virtual da

Constituição estadual, privou o parlamento de sua função legislativa, concentrando-a no executivo, cabendo àquele poder tão somente a função de apreciar e votar o orçamento. Aliás, a essas duas inconstitucionalidades (ausência da prerrogativa legislativa da parte do parlamento e função legislativa da parte do executivo), Castilhos acrescentaria mais uma terceira: o direito de reeleição por parte do presidente do Estado.

Juan Linz, citado por Stoppino, estabelece uma tipologia dos regimes autoritários, que, conquanto se direcione para a contemporaneidade, bem pode fornecer elementos de identidade tanto com o castilhismo, como com suas derivações. Para Linz, há cinco formas principais e duas secundárias, listando como primeiro tipo o regime burocrático-militar, cujas características seriam então: "uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de participação política; ausência de uma ideologia e um partido de massa, às vezes há um partido único, que tende a restringir a participação, outras vezes há um pluralismo político, mas sem eleições livres. É o tipo de autoritarismo mais difundido no século XX: são disso exemplo o Brasil e a Argentina em alguns períodos de sua história". (9)

O positivismo, o naturalismo e o evolucionismo tornam-se, a partir da segunda metade do século XIX, as vertentes naturais do pensamento de uma nova classe que se robustece: a classe média, que tem o seu padrão de vida acentuadamente melhorado com a ascensão do café, na economia brasileira. E "é nesse tempo" - recorrendo a Cruz Costa - que se abre na história do pensamento, um novo período (...), no qual as novas idéias oriundas da Europa iriam contagiar essa classe média, composta pela "burguesia comercial ou burocrática, das profissões liberais e da nova classe de oficiais militares - bacharéis em ciências físicas e matemáticas - que ora ingressam na vida cultural e política do País. A estes agregam-se jovens advogados também procedentes da burguesia, que reagem contra o pensamento jurídico formalista e rançoso do passado, contra o ensino das antigas faculdades de direito onde eram tradicionalmente formados os políticos e administradores do regime imperial." (10) E será exatamente a emergência dessa nova burguesia que fará ascender as contradições entre o seu nascente espírito comercial direcionado para a indústria e o agrarismo latifundiário.

"A partir de 1870" - para iterar Cruz Costa - "essa nova burguesia assume papel de importância sobretudo no setor intelectual. É dessa nova burguesia, formada de médicos, engenheiros - mais próximos das ciências positivas graças à índole de sua profissão - e de advogados e bacharéis-militares, que irá surgir o movimento

positivista, que tem ligações com a propaganda republicana, embora não decisivas como geralmente se acredita, para o advento do regime republicano no Brasil". (11) E mais adiante: "e os positivistas eram favoráveis, e o seriam sempre - de acordo com seus princípios a uma república ditatorial." (12) O instrumento de dominação utilizado pela fração de classe gaúcha para instrumentalizar a prática de seus novos princípios seria exatamente o PRR, o Partido Republicano Rio-Grandense, dominado com mão-de-ferro, por Júlio de Castilhos. Isso porque, como muito bem observa Sandra Jatahy Pesavento, "em termos políticos, a proposta positivista da república à de um governo autoritário e centralizado, ficando o poder entregue a uma elite dirigente, filiada ao partido." (13)

Sim, pois, de acordo com Castilhos, apenas uma minoria tinha condições para exercer "esse tipo de governo técnico-administrativo" (14), pouca importância concedendo ao voto, chegando, inclusive, a afirmar que "nós pensamos e temos sempre ponderado que é vão e inepto o empenho daqueles que através da expressão numérica das urnas pretendem reconhecer as correntes que sulcam profundamente o espírito nacional" (15). Essa visão deformada do processo eleitoral poderia causar espanto, hoje, mas, à época, era a ótica da "intelligentsia" brasileira. Pelo menos é o que se depreende da cáustica opinião de Euclides da Cunha sobre eleições: "(...) mazorcas periódicas que a lei marca, denominando-as "eleições", eufemismo que é entre nós o mais vivo traço das ousadias da linguagem". Ressalte-se, ainda, quanto à "castilhista" - como era chamada a constituição riograndense, que o voto no Rio Grande não era compulsório, em franca violação da Constituição Federal. Aliás, essa seria apenas mais uma das inúmeras inconstitucionalidades presentes na Constituição de Castilhos.

Tal orientação em nada refoge do pensamento de Castilhos, para quem "o povo não tem liberdade e, segregado completamente das forças que o dirigem, tornada ineficaz a sua vontade, arredado de todo das funções que exclusivamente lhe pertencem, por soberano que deve ser, não sabe para onde o conduzem.(...) Sua representação, sobre ser falsíssima, é irrisória, pois não tem por único e, por isso, largo alicerce o seu voto livre, espontâneo e desembaraçado, e sim repousa na ponta das baionetas dos policiais que o governo enfileira. Perde-se a cada passo a noção da justiça, que se tornou uma irrisão. Conculca-se, espezinha-se, esbofeteia-se o Direito, que é uma mentira." (16). Essa aversão ao governo representativo já tinha sido detetada por Ricardo Vélez Rodríguez, citado por Helga I.L. Piccolo, em passagem que reproduz: "havia da parte de Castilhos um exacerbado preconceito contra o governo representativo... O governo representativo constituía,

sem dúvida, um obstáculo para quem estava animado por uma concepção autoritária do poder político". (17)

O que hoje se indaga é como esse "orador medíocre, que às vezes não conseguia vencer a gagueira, baixo, gordo e com o rosto marcado pela varíola", na definição de Eduardo Bueno, "não precisou mais do que 43 anos de vida para mudar definitivamente os rumos da política gaúcha. Em menos de meio século, institucionalizou no poder um autoritarismo que já fazia parte da história do Rio Grande do Sul e que, por influência sua, se estenderia também à política nacional, com reflexos até os dias de hoje". (18)

O fato é que, dotado de um grande senso de organização e influenciado sensivelmente pelas idéias positivistas, Castilhos pôde controlar o PRR, ao qual impôs a filosofia positivista, incorporando em seus quadros não só a nova classe emergente, como também os dissidentes do Partido Liberal, egressos da liderança de Gaspar da Silveira Martins. Com fulcro nessa ideologia, Castilhos concebeu a sua visão de estado, elaborando um modelo político que atendessem aos anseios de seus liderados. Para isso partia da concepção Comteana, de que a inteligência humana atravessa três estágios distintos. O primeiro, que equivaleria a uma infância da humanidade, seria o teológico. O segundo, correspondendo a uma idade de transição, seria o metafísico. E o terceiro, identificado com a maturidade, seria o positivo. Nesse último estágio, através de uma ditadura republicana, seria implantada a sociocracia. Da sociocracia, Castilhos pretendia - como de fato conseguiu - chegar à monocracia.

Segundo Ivan Lins, citado por Maria Antonieta Antonacci, nesse modelo idealizado por Castilhos, "a política giraria em torno do estabelecimento de uma conciliação entre a ordem e o progresso, com fulcro no livre desenvolvimento da iniciativa individual" (19), inferindo-se daí, que o Estado deveria exercer uma ação reguladora, acima das classes e dos grupos sociais, promovendo um desenvolvimento equilibrado de todos os setores da produção, cabendo-lhe ainda intervir para harmonizar a existência e o uso da propriedade. Isso porque se partia do princípio de que a propriedade "sendo social em sua formação, deve a riqueza ser também social em sua aplicação" (20). Mesmo porque, conforme os ensinamentos de Comte a propriedade deveria ser considerada como uma função pública, sem o direito de dela usar e abusar.

Esse estado, cuja estrutura se deve a Castilhos, "não deveria ser político, mas simplesmente técnico." (21) A função política do estado foi descaracterizada, em seu papel de agente de dominação, para o qual a ordem social e as necessidades políticas são encaradas a partir do

grupo no poder, para procurar entendê-lo como um órgão acima das classes sociais. Disso se depreende, que o Estado seria o portador de interesses gerais, intervindo na sociedade para obter uma harmonia social, que, dentro de certos limites, procurava integrar o proletariado na sociedade moderna. O estado deveria orientar e regular o desenvolvimento, conforme as necessidades do bem público. E as necessidades do bem público só eram priorizadas dentro das diretrizes do seu programa de diversificação natural da produção. O presidente não se imiscuiria na economia, a não ser nos casos de assistências à educação, à indústria, às ferrovias, à navegação, desde que essa interferência não implicasse prejuízos à iniciativa privada, que, até pelo contrário, deveria ser incentivada, estimulada. Um estado dessa ordem, seria, fatalmente, partidário da livre concorrência, que seria, em última análise, a verdadeira estabelecadora de relações normais na sociedade. Assim, e a outra ilação não se poderia chegar, a intervenção do estado na economia só seria legítima, quando pertinente a serviços públicos relacionados com o chamado "interesse da coletividade". O estado seria, por via de consequência, o administrador do bem público, cuja premisa básica deveria ser a de garantir a liberdade individual e regular o desenvolvimento. As despesas com a máquina estatal deveriam ser racionalizadas, de modo a permitir fossem as receitas superiores às despesas, evitando-se, assim, os déficits orçamentários e possibilitando um progresso dentro da ordem, o que não constitui surpresa para quem, como Castilhas, tinha como princípio favorito o de "conservar, melhorando".

Para conseguir implantar o seu projeto político, convertendo-se na maior liderança do Rio Grande e transformando o Partido Republicano Rio Grandense, esse gaúcho de São Martinho - na verdade nasceu na fazenda da Reserva - teve de enfrentar e vencer uma sangrenta guerra civil, contra os seguidores de Silveira Martins, num processo de consolidação de poder em que sua doutrina - o castilhismo - se imbricou com o florianismo, ajudando-o e sendo por ele ajudada numa síntese que permitiu a própria consolidação da República.

Em 1903, ao morrer, depois de ter feito de Borges de Medeiros seu sucessor na presidência do Estado, que governou em dois períodos - em 1891 e de 1893 até 1898 - Castilhos tinha conseguido erigir uma sólida doutrina política, que, encarnando a hipertrofia do executivo, a nível de ditadura, a emasculação do legislativo, a desorganização da sociedade civil, e um autoritarismo generalizado, faria da Escola Militar de Porto Alegre o seu foco de irradiação, onde muito bem poderiam ter sido gerados os projetos autoritários e ditatoriais do Estado Novo e do Regime Militar de 64, dada a plena identidade entre a teoria e a prática,

quase a confirmar o postulado positivista, segundo o qual "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) - RIBEIRO JÚNIOR, João. "O que é Positivismo", São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 65.
- (2) - LOVE, Joseph. "O regionalismo gaúcho", São Paulo, Perspectiva. 1975, apud ANTONACCI, Maria Antonieta. "RS: as oposições e a Revolução de 1923", Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981, p. 9.
- (3) - BUENO, Eduardo. "O Pai dos Ditadores", in "Coojornal", Porto Alegre, Ano VI, nº 63, 1981, p. 20.
- (4) - RODRIGUES, José Honório. "História Combatente", Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 175.
- (5) - Idem, apud Bueno, Eduardo, op. cit., p. 21.
- (6) - LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação." In FAUSTO, Boris (dir.), "História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano-", III, Rio de Janeiro, DIFEL, 1977, p. 352-53.
- (7) - Ibidem, p. 359.
- (8) - STOPPINO, Mario. "Autoritarismo". In BOBBIO, Norberto "et alli". "Dicionário de Política", Brasília, UNB, 2ª ed., 1988, p. 100.
- (9) - LINZ, JUAN, Apud STOPPINO, Mario, op. cit., p. 102.
- (10) - COSTA, Cruz. "Pequena História da República", São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 29.
- (11) - Ibidem, p. 31.
- (12) - Ibidem, p. 36.
- (13) - PESAVENTO, Sandra Jatahy. "A Revolução Federalista", São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 57.
- (14) - ANTONACCI, Maria Antonieta, op. cit., p. 27.
- (15) - ROSA, Othelo. "Júlio de Castilhos". "Fundamentos da Cultura Riograndense", Porto Alegre, UFRGS, 1958, p. 29, apu ANTONACCI, Maria Antonieta, op. cit., p. 21.
- (16) - CASTILHOS, Júlio Prestes de . Apud COHEN, Esther. "Júlio de

Castilhos", Porto Alegre, Tchê, 1985, p. 31.

- (17) - VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. Apud Piccolo, Helga I. L., "Revista Brasileira de História", São Paulo, 3 (5): 121-128, março, 1983, p. 127.
- (18) - Bueno, Eduardo, op. cit., p. 22.
- (19) - LINZ, Ivan. "História do Positivismo no Brasil", 2ª ed., São Paulo, Nacional, p. 578, apud ANTONACCI, Maria Antonieta, op. cit., p. 20.
- (20) - Ibidem, p. 578.
- (21) - COSTA, Cruz. "Contribuição História das Idéias no Brasil". 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 239.

(*) Comunicação apresentada ao VIII Simpósio de História promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, em outubro de 1989.

A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Sonia Maria Demoner
Professor Adjunto do Departamento
de História da UFES.

INTRODUÇÃO

A evolução dos direitos de autor e dos que lhe são conexos, ou simplesmente - DIREITOS AUTORAIS - como prevê nossa legislação, está intimamente relacionada com o crescente aperfeiçoamento dos meios de comunicação, que possibilitaram a divulgação maciça dos bens culturais e, em consequência, impossibilitaram ao autor e demais titulares de direitos intelectuais, o controle do aproveitamento, por terceiros, de suas obras.

À medida em que se aperfeiçoavam os meios de comunicação e a sociedade ia adquirindo configurações mais abertas, a idéia de **autor** sofria visíveis graduações. A sociedade medieval, por exemplo, **teocêntrica** por excelência, **subalterna o homem**, confundindo-o com a idéia de humanidade. Consequentemente, as obras artísticas de então - literárias ou plásticas - não registram autoria. Nesse momento começa realmente o problema da **proteção legal da PROPRIEDADE INTELECTUAL**: o Copyright. A Inglaterra, em célebre lei de 1710, dispõe, pela primeira vez sobre esse direito, que originariamente, dizia respeito apenas ao direito de reprodução de livros.

Com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação de massa, o rádio, a televisão, o cinema, a fotografia, a fita magnética, a xerografia, a transmissão via satélite passaram a conviver em nosso meio, e a exigir a atualização da legislação que protege o autor e demais titulares de **Direitos Intelectuais**.

Nesse sentido, o **Direito Autoral** procurou acompanhar o desenvolvimento social e tecnológico, aperfeiçoando e estendendo sua proteção legal. À revolução de Guttenberg, respondeu com o **Copyright**. À explosão dos meios de comunicação de massa, com os **Direitos Conexos**, referentes principalmente ao intérprete, músico, ator, organismos de radiodifusão e produtores de fonogramas.

No plano internacional, a **CONVENÇÃO DE BERNA**, relativa à

Trabalho apresentado no curso de Pós-Graduação em DIREITO DE AUTOR, no 2º Semestre de 1985, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

proteção das obras literárias e artísticas (direitos de autor) é de 1886 ⁽¹⁾, e a **CONVENÇÃO DE ROMA**, relativa à proteção dos artistas, intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão (direitos conexos aos de autor), data de 1961.

No Brasil, o **DIREITO DE AUTOR** merece atenção governamental a partir da criação dos cursos jurídicos em 1827. Posteriormente, a Legislação penal aborda o tema, e o Código Civil Brasileiro de 1916, o consolida. No entanto, só nos últimos anos, com a promulgação da Lei n. 5.988 de 12-12-1973, que procurou regular amplamente a matéria, criando, inclusive, o **CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTORAIS (CNDIA)**, órgão governamental de consulta, fiscalização e assistência nessa área, é que o **Direito Autoral** se consolidou de forma sistematizada e passou a merecer a atenção devida por seu relevante papel no sistema da cultura.

1 - DIREITO AUTORAIS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

DIREITO DE AUTOR - uma das mais importantes ramificações dos Direitos Intelectuais, encontra respaldo em 1827, com a Lei Imperial que criou as duas primeiras faculdades de Direito no País - a de São Paulo e a de Olinda.

O artigo 7º daquela lei determinava:

“Os lentes farão a escolha dos conteúdos da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, contanto que as doutrinas estejam de acordo com o sistema jurado pela Nação. Esses compêndios, depois de aprovados pela Congregação servirão interinamente; submetendo-se porém à aprovação da Assembléia Geral, o Governo fará imprimir e fornecer às escolas, **competindo aos seus autores o privilégio exclusivo da obra por dez anos.**”

Em 1930, o nosso Código Criminal estatui em seu artigo 261:

“Imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos ou trazidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros.

(1) Esta Convenção, em vigor desde 05-12-1887, passou por várias revisões, sendo a última, a revisão de Paris em 24-07-1971, em vigor desde 10-10-1974

Penas - perda de todos os exemplares para o autor ou tradutor, os seus herdeiros, ou, ainda, na falta deles, do seu valor e outro tanto, e de multa (deles), igual ao tresp dobro do valor dos exemplares. Se os escritos ou estampas pertencerem a Corporação, a proibição de imprimir, gravar, litografar ou introduzir durará somente por espaço de dez anos."

Apesar de o Código Criminal de 1830, já tipificar crime relativo à **VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE AUTOR**, a Constituição do Império (carta-lei de 25-03-1824) não faz qualquer referência o Direito de Autor. A carta Imperial em seu artigo 179, ressalta.

"Os inventores terão propriedade de suas descobertas ou das suas produções. A lei lhes assegurará um privilégio exclusivo temporário, ou lhes remunerará um ressarcimento da perda que hajam de sofrer pela vulgarização."

Os textos Constitucionais Republicanos (com exceção da Carta Constitucional de 1937), se reportam ao **DIREITO DE AUTOR**. A Constituição de 1891, em seu artigo 72, § 26; a de 1934 em seus artigo 113 a 120; a de 1946, artigo 141, § 19; a de 1967, artigo 150, § 25 e a Emenda Constitucional n. 1, de 17-10-1969, que o consideram expressamente, dispondo esta última, no § 25 do artigo 153:

"Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar."

Anterior aos textos Constitucionais, o nosso Código Penal de 1890, promulgado no primeiro ano do regime republicano, regulava a matéria em seu Capítulo V, sob o título - **"DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE LITERÁRIA, ARTÍSTICA, INDUSTRIAL E COMERCIAL"**.

Na área Cível, anteriormente ao Código Civil de 1916, temos a Lei n. 496 de 01-08-1889, denominada **MEDEIROS DE ALBUQUERQUE**, que introduziu importantes inovações, entre elas, estendendo a duração da proteção de Direitos de Autor.

O nosso Código Civil de 1916, em seu artigo 48, III, classifica o Direito de Autor como **bem móvel**; fixa no artigo 178, § 10, VII, em cinco anos a ação civil por ofensa a Direitos de Autor, contado do prazo da data da contrafação; regula a matéria nos artigos 649-673 sob a epígrafe - **"DA PROPRIEDADE LITERÁRIA, CIENTÍFICA E ARTÍSTICA"**; nos artigos 1.346-1-358, **"DA EDIÇÃO"** e artigos 1.359-1.362, **"DA REPRESENTAÇÃO DRAMÁTICA."**

À medida em que se foram aperfeiçoando os meios de comunicação, de que se aproveitou a difusão das obras literárias, musicais e artísticas, a atividade do legislador foi-se desdobrando e acumulando, de acordo com as necessidades do momento, numerosíssima legislação complementar, a ponto de se contarem às centenas os textos legislativos referentes à matéria.

2. LEI ESPECÍFICA PARA DIREITOS AUTORAIS

As múltiplas leis e decretos regulamentadores desse ramo do direito - **DIREITO DE AUTOR** - e "as conflituosas relações jurídicas desencadeadas com a afirmação desordenada dos direitos intelectuais", ensejou a idéia de se elaborar um **CÓDIGO DE DIREITO DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS**, sendo designado pelo Ministro da Justiça, Mem de Sá, o Desembargador Milton Sebastião Barbosa para refundir e atualizar a legislação brasileira relativa ao **DIREITO DE AUTOR e DIREITOS CONEXOS**.

O resultado foi um ante-projeto de Código de Autor e Direitos Conexos, constituído de 351 artigos, dividido em 16 títulos, precedido de minuciosa exposição de motivos, que foi publicado em separata do Diário Oficial da União de 16-6-1967.

Naquele ano (1967) o Ministro da Justiça, Luiz Antonio da Gama e Silva, nomeou uma comissão encarregada de rever o trabalho do Dr. Barbosa, resultando um consubstancioso projeto denominado **BARBOSA CHAVES**, de 198 artigos, distribuídos em três partes: **DIREITO DE AUTOR, TRANSMISSÃO e DEFESA**.

Nem o projeto **BARBOSA** nem o **BARBOSA CHAVES**, foram aprovados. Ou melhor, tudo foi resumido e reduzido a uma lei - **a LEI DE DIREITO DO AUTOR**, cuja redação final coube ao então Procurador Geral da República - José Carlos Moreira Alves, publicada no Diário do Congresso Nacional de 28-11-1973, tomou o número 5.988. Apresenta

(2) Esse novo texto legal, deveria, por sua ampla abordagem, suplantir os obsoletos dispositivos do Código Civil de 1916 e de dezenas de diplomas legais que procuram acomodá-los às conquistas dos modernos meios de comunicação. No entanto, o artigo 134 ressalta a vigência de "legislação especial que com ela for compatível", gerando polêmica e incerteza de identificar quais os dispositivos que estão e quais os que não estão mais em vigor. Assim é que, muitos de nossos ilustres Juristas, entre eles o Prof. Carlos Alberto Bittar, se apegam, para resolver a questão, à norma genérica constante da Lei de Introdução ao Código Civil (DL-4.567 de 04-09-1942), que em seu artigo 2º § 1º, prevê que a lei nova revoga a anterior quando esta regule inteiramente a matéria de que tratava aquela.

134 artigos, divididos em nove Capítulos, sendo que o **CAPÍTULO V** trata dos **DIREITOS CONEXOS**, e o título VI, trata das Associações de Titulares de Direito de Autor e dos que lhe são Conexos.⁽²⁾

Se por um lado, não tivemos o "sonhado" **CÓDIGO DE DIREITO DE AUTOR**, por outro, conforme nos afirma o Dr. Antônio Chaves, não podemos negar, que a **LEI 5.988** representa um grande marco. Teve o mérito no aprimoramento da tutela dos Direitos de Autor e Conexos, especialmente com a criação do **ECAD** (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) e do **CNDA** (Conselho Nacional de Direito Autoral), órgão de fiscalização, consulta e assistência, no respeitante aos direitos de autor e conexos, subordinado ao Ministério da Cultura.

3. DOS DELITOS CONTRA A "PROPRIEDADE INTELECTUAL" - VIOLAÇÕES DE DIREITO DE AUTOR E DOS QUE LHE SÃO CONEXOS.

A apreciação desse assunto tem por base a Comunicação apresentada pelo Professor Dr. Carlos Alberto Bittar, na II Conferência Continental do Instituto Interamericano de Direito de Autor (IIDA), realizada em Buenos Aires em 07-04-1981, sob o título - **DIREITO DE AUTOR: A NOVA ESTRUTURAÇÃO PENAL NO BRASIL.**⁽³⁾

O Código Penal Brasileiro em seu Capítulo I, Título III, intitulado **DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL**, recebeu "nova roupagem" através da Lei 6.895 de 17-12-1980, que imprimiu nova redação aos dois dispositivos que cuidam dos delitos contra a denominada **"PROPRIEDADE INTELECTUAL"**, ou seja artigos 184 e 186 - "trata-se de diploma destinado a ajustar a regulação penal à evolução da técnica de comunicação, especialmente no combate à designada "pirataria" de discos, fitas e demais produções do gênero."

O Código Penal Brasileiro, ao dar **proteção penal** aos detentores de **DIREITO AUTOREAL**, impôs a necessidade de queixa (a iniciativa do ofendido para a ação penal), salvo quando crimes praticados em prejuízo de entidade de direito público (art. 186).

Das ações de "violação de Direito Autoral" as mais comuns são as do plágio e da contrafação, "que tem recebido, no direito comparado, até roupagem legal específica, como delitos autônomos."

Em comparação com a redação anterior, essa nova redação dos artigos 184 e 186, amplia e insere novas ações no contexto das

equiparações, alcançando formas de reprodução desautorizadas que a moderna técnica de comunicação permite.

Substituiu-se do texto anterior - "obra literária, artística ou científica" para a expressão **"VIOLAR DIREITO AUTORAL"**. Assim é que a nova lei, pune a reprodução, por qualquer meio, quer da obra intelectual, no todo ou em parte, para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente. Desta feita, na nova estruturação, as formas de reprodução desautorizada, inclusive de fonogramas e de vídeo-fonogramas, passam a originar a **condenação em reclusão** - que não permite os benefícios da detenção - e a multa elevada, em razão da significação econômica que assumem. O objetivo é o de dificultar a atuação das verdadeiras "indústrias" de "pirataria", que, às escuras, reproduzindo ilicitamente obras e produções intelectuais, lesam a todos os segmentos da sociedade, em especial aos autores e aos produtores do gênero. Também o intermediário na colocação de obras produzidas com violação de direitos receberá o mesmo tratamento enrijecido, exatamente porque, como o reproduzidor, se constitui em aproveitador indevido de trabalho alheio.

É de se ressaltar, no entanto, que a nova redação dos artigos 184 e 186 do Código Penal, introduzida pela Lei n. 6.896, continua (com respeito a ação penal) **a exigir a iniciativa do interessado**, mas amplia as exceções, fazendo independer de queixa a violação praticada em detrimento de **entidade de direito público** e também de **autarquia, empresa pública, sociedade de economia mixta ou fundação** instituídas pelo Poder Público. Há que se ressaltar também, que atribui-se maior poder ao Ministério Público, para a apuração desses delitos.

Espera-se que, as inovações dessa nova redação dos artigos 184 e 186 do Código Penal, principalmente no que se refere à punição, se não coibir em definitivo os abusos, desestimulará, por certo, as referidas violações, contribuindo para uma maior tranquilidade do setor.

Objetivando ampliar a proteção dos **DIREITOS DO AUTOR**, além de estabelecer as bases para o relacionamento dos autores com os grupos empresariais que se dedicam à produção e importação de fitas magnéticas, o Ministro da Cultura, Celso Furtado, encaminhou ao Presidente José Sarney no dia cinco de março de 1987, a minuta do anteprojeto de lei que estabelece remuneração de natureza autoral aos titulares de **DIREITOS DE AUTOR e DOS QUE LHE SÃO CONEXOS**, cujas produções, execuções e interpretações sejam suscetíveis de reprodução em fita magnética de áudio ou vídeo. O anteprojeto, foi

(3) O teor da Conferência se encontra publicado na REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 71, Jul/Set, 1981, pp. 203-206

BIBLIOGRAFIA

I -Obras especializadas:

1. **BITTAR**, Carlos Alberto. **DIREITO DE AUTOR NA OBRA FEITA SOB ENCOMENDA**. São Paulo, Ed. RT, 1977.
2. **DIREITO DE AUTOR NA OBRA PUBLICITÁRIA**. São Paulo, Ed. RT, 1981.
3. **BOBBIO**, Pedro Vicente. **O DIREITO DE AUTOR NA CRIAÇÃO MUSICAL**. São Paulo, Ed. Lex, 1951.
4. **CHAVES**, Antônio. **PRODUÇÃO INTERNACIONAL DO DIREITO AUTURAL DE RADIODIFUSÃO**. São Paulo, M. Limonad, 1952.
5. **NOVA LEI BRASILEIRA DE DIREITO DE AUTOR**. São Paulo, Ed. RT, 1975.
6. **MORAES**, Walter. **ARTISTAS INTÉRPRETES E EXECUTANTES**. São Paulo, Ed. RT, 1976.
7. **NETTO**, José Carlos Costa. **A REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTURAL**. Brasília, MEC, 1983.

II - Artigos e Pareceres

1. **BITTAR**, Carlos Alberto. Direitos Conexos (Direito de Autor). **Enciclopédia Saraiva do Direito**, São Paulo, v. 28, 1977, pp. 116-8.
2. Direito de Autor: a nova estruturação penal no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, 71: jul/set, 1981, pp. 203-206.
3. Direito Autoral. **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo, v. 25, pp. 363-75, 1977.
4. **CHAVES**, Antônio, O Direito de Autor nas obras Musicais. RT-457; 11-18; **Revista Forense**, 245: 429-434: RIL, 42 - abr/jun - 1974, p. 143. O Direito de Autor. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, 66, 1971.
5. Desenvolvimento do Direito de Autor no Brasil após a Lei nº 5.988/73. RIL, 58: abr/jun. - 1978, pp. 157 e segs.
6. O apoio aos autores e artistas intérpretes ou executantes nacionais no Brasil. RIL, 64: out/dez-1979, pp. 249-294.
7. **MATTIA**, Fabio Maria de. Contrato de reprodução de obra

intelectual. a. 14 - n.53 - Jan./Mar. - 1977, p. 201 e segs.

8. A edição no Brasil. RIL, 88: out/dez, 1985, pp. 377-386.

9. Rosas, Roberto. "Os Direitos Autorais no Direito Comparado". a.8 - n. 31 - jul/set, 1971, p. 123 e segts.

III - LEGISLAÇÃO

LEI n. 5988 de 14-12-1973

LEI n. 6.533 de 24-05-1978

LEI n. 4.944 de 06-04-1966

DECRETO 84.252 de 28-11-1979

DECRETO LEI 2.848 de 07-12-1940

A LEI DE DIRETRIZES E BASES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROFESSOR COELHO SAMPAIO

3.1 FLEXIBILIDADE, DESCENTRALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO TÉCNICA

Se examinarmos, atentamente, o problema verificamos que para obtermos um melhor índice de aproveitamento não apenas nos exames vestibulares, mas, principalmente, no decorrer do curso superior, seria oportuno dar ao aluno nas escolas secundárias o preparo mínimo nas disciplinas básicas e indispensáveis à sua formação, tendo presente, também, assegurar ao estudante a liberdade de escolha nas disciplinas do *currículum* face ao curso que tivesse em vista seguir.

Essa preparação, entretanto, para a escolha do próprio *currículum* deveria iniciar-se a partir da 4ª. série ginasial, ou equivalente, quando, por intermédio da orientação vocacional, já se tivesse conhecimento das tendências do estudante, possibilitando que o estabelecimento, a partir de então, ficasse capacitado a dispensar maior assistência no desenvolvimento daquelas disciplinas consideradas essenciais à sua preparação.

Porque, de fato, estaremos perdendo tempo se pensarmos que podemos conseguir elevar o padrão do Ensino Superior, se os alunos, que ali ingressam, não têm aquele preparo básico, necessariamente adquirido no Ensino Secundário.

Como ministrar noções de Farmácia a quem não tem boa base de Química? Ou, como ensinar Anatomia a quem não sabe História Natural? Ou, como desenvolver um programa de Matemática Superior sem conhecimento básico de Álgebra e Trigonometria?

Para melhorarmos, então, os resultados obtidos no Ensino Superior, teremos que pôr em prática a nova reforma, principalmente no Ensino Médio, procurando beneficiar-nos, ao máximo, de sua flexibilidade e descentralização.

Por isso, tudo estará dependendo, agora, da habilidade com que os Conselhos Federal e Estaduais de Educação regulamentarem o ensino. Então, para promover investimentos em educação que sejam produtivos, será necessário que:

- a) - Dêem objetividade ao ensino, no sentido de que os discentes adquiram o necessário preparo (não apenas teórico, mas principalmente prático) nas disciplinas indispensáveis a uma cultura de base, dando, porém, atenção especial às disciplinas que exijam contacto com o trabalho do campo, do laboratório, ou da oficina, conforme o caso, preparando, desse modo, os alunos para o ingresso no Ensino Superior, ou mesmo para atividades lucrativas na própria região;
- b) - Instituem escolas, ou promovam a adaptação das existentes, principalmente nos graus de Ensino Primário, Complementar e de Nível Médio para que, associando-se às peculiaridades regionais, possam realizar um programa realmente educativo no sentido de que:
 - O ensino seja organizado de modo que a escola possa servir de *meio* ao progresso sócio-econômico da comunidade com a qual devem seus alunos colaborar;
 - Haja, no *currículum* da escola, obrigatoriamente, disciplinas e atividades destinadas ao estudo do meio físico e social e também dos *recursos econômicos regionais*;
 - A escola procure, na coordenação de todas as atividades do seu *currículum*, promover a preparação do indivíduo para *viver e servir* à própria comunidade, tornando-se parte integrante e útil do seu mecanismo social;
- c) - A escola deve colaborar com os poderes públicos para a solução dos problemas regionais, através de estudos e pesquisas que possam indicar as possibilidades de aproveitamento dos *recursos regionais*, tornando-se *fator ativo* do próprio desenvolvimento;
- d) - As escolas de nível médio (da 4ª. série ginásial, ou correspondente, em diante) devem cuidar da orientação vocacional;
- e) - O número de horas semanais, atualmente em vigor, nas escolas de nível médio, com raras exceções, é impraticável, no sentido de possibilitar ao professorado o desenvolvimento de um programa de estudos eficiente, pois certas disciplinas que, pela sua importância, exigiriam seis ou mais horas semanais, somente para aulas teóricas, não dispõem de mais de três horas, incluindo, conforme o caso, uma hora para aula prática.

- f) - Sendo mal-remunerado, com pouquíssimas exceções, o professorado das escolas de nível médio não pode dedicar o tempo necessário ao desenvolvimento das cadeiras sob sua responsabilidade e, muito menos, dos educandos que apenas comparecem ao colégio e recebem *explicações*, na sua maioria teórica, portanto sem qualquer objetivo prático, não havendo tempo para o desenvolvimento de exercícios, pesquisas, projetos, ou qualquer outra aplicação prática do que aprendem;
- g) - Não podemos afirmar que o número de escolas de Ensino Superior, atualmente existente, no país, seja superior às necessidades reais do desenvolvimento do ensino, ou mesmo da demanda. No entanto, estudos realizados pela CAPES demonstraram que essa demanda tem-se evidenciado com forte tendência e predomínio da procura por carreiras do grupo Direito, Economia e Filosofia.

Assim, evidencia-se a urgente necessidade, que temos, de:

- Aumentar os estímulos para que maior número de escolas de Ensino Superior, pertencentes aos outros grupos (Agronomia, Veterinária e Engenharia nos seus diversos ramos) sejam instaladas;
- . Tendo em vista as peculiaridades regionais, promover a adaptação do *currículo* das escolas de Ensino Primário e de Nível Médio de modo a preparar, convenientemente, candidatos para as carreiras consideradas em carência no processo do desenvolvimento regional;
- Providenciar meios para a formação de pessoal docente *qualificado* para a *escola nova* que vai surgir, ou, melhor, para cumprir sua missão no desenvolvimento dos programas elaborados pelos Conselhos Federal e Estaduais de Educação.
- h) - Melhorar com a cooperação da própria comunidade o aparelhamento das escolas de nível médio, principalmente dos laboratórios e instituir museus etc., que permitam o estudo prático das ciências aplicadas;
- i) - Servindo-se da reforma ora introduzida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dar melhor preparo aos alunos das escolas de Ensino Primário e de Nível Médio de modo que seja permitida a adoção de novos sistemas de exame, nas escolas de Ensino

Superior, no sentido de que:

- A melhoria desse índice de preparo e a modificação do sistema de exame de habilitação às Escolas Superiores terá por fim diminuir o *peneiramento*, que se vem fazendo no sistema de ensino brasileiro, com elevado prejuízo para o desenvolvimento econômico e social do país;

- Aumentar a oferta de diplomados, principalmente nos grupos em que se tem verificado escassez (Agronomia, Veterinária e Engenharia nos seus diversos ramos) e que, segundo o estudo publicado pela CAPES (já citado), o Brasil apresenta uma população de diplomados de nível superior *muitas vezes inferior* à de países como os Estados Unidos da América e França. (No referido estudo, (ver gráfico II) sobre o aspecto seletivo da escola, isto é, estudando o aproveitamento de mil alunos, que ingressam no 1º ano elementar e logram concluir o curso superior, foram encontradas as seguintes proporções, para o ano de 1957: Estados Unidos, igual a 150/1000; França, igual a 30/1000; e o Brasil, igual a 7/1000; naturalmente dando para o nosso país o maior custo aluno);

j) - Instituir, nas escolas de nível médio, campos de experimentação agrícola e veterinária e oficinas industriais, tanto de aprendizagem como para experiência e pesquisa, que também possam servir de incentivo ao preparo de artesões e operários especializados;

(Estas escolas, assim aparelhadas e capazes de realizar um programa de ensino teórico e prático, serviriam para realizar um programa de educação de base, suficiente ao preparo de candidatos aos cursos técnico-profissionais de nível universitário);

l) - Modificar o sistema de provas e exames, introduzindo os testes e as provas globalizadas, ou outros sistemas indicados para combater a fraude e avaliar, devidamente, os conhecimentos;

m) - Adotar medidas de completo amparo aos professores, não apenas assegurando-lhes remuneração condigna, mas, também, cuidando de dar assistência que lhes possibilite a participação em cursos de aperfeiçoamento, seminários, congressos, etc., elevando, desse modo, o nível dos professores dessas escolas.

Quando as escolas de nível médio tiverem atingido um índice de preparo, que se possa considerar suficiente para o ingresso dos concluintes dos cursos pré-universitários no Ensino Superior, então, os exames vestibulares perderão sua razão de ser. Devem, ser abolidos. E, em substituição, introduzidos novos sistemas de admissão às escolas superiores com base, principalmente, nos testes de orientação vocacional, entrevistas, etc.

3.2 DISSOCIAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO

Em extenso report (*A Educação nos Estados Unidos da América*), distribuído pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos, lê-se que: *"Há uma forte convicção de que existem muitos tipos diferentes de habilitações sociais, mecânicas e escolares entre outras, na grande massa de alunos. Para que possa desincumbir-se de suas obrigações, a escola deve reconhecer essas diferenças de capacidade e inteligência"*. Aí, então, a necessária flexibilidade, consubstanciada no variado número de matérias e na orientação vocacional, em ajustamentos feitos nos vários cursos. Também, atendendo à função educativa da escola, - diz o relatório - *Juntamente com as novas matérias, foram adotados novos métodos, dando um destaque ainda maior à Ciência pelo estudo e trabalhos de laboratório, pelo trabalho nas oficinas, por trabalhos manuais, pelo uso amplo das bibliotecas e por atividades de toda natureza fora da sala de aulas.*

Infelizmente, o sistema democrático nos Estados Unidos exagerou o sentido de liberdade que, estendendo-se ao sistema educacional, muito tem prejudicado a Educação, motivo de um certo desajustamento, ainda encontrado, entre os melhoramentos feitos e os resultados conseguidos, razão por que o Governo da nação irmã agora estuda meios de modificar, em alguns aspectos, o sistema das *high schools*.

Ora, não será possível à escola cumprir a sua missão de preparar o indivíduo para se ajustar ao processo de desenvolvimento regional, se for dissociada da própria comunidade. Principalmente, em um país de vasta extensão geográfica, não se pode mesmo compreender porque se adotou, por tanto tempo, a centralização. A inadaptação e a dissociação entre a escola e o sistema sócio-econômico de cada comunidade é o maior atestado do seu papel negativo, no esforço a realizar em prol do desenvolvimento da região onde está instalada.

Poderíamos citar muitos exemplos desse desajustamento, mas, infelizmente, não há espaço.

Porém é o que vemos: estudantes, que concluíram o curso secundário nas cidadezinhas do interior, abandonam sua terra e sua gente, a fim de aumentar o número daqueles, nas grandes cidades, que se burocratizam, que se bacharelizam, que se modernizam, enfim, que adquirem uma *nova maneira de viver* e passam a olhar a roça como o pior lugar do mundo onde jamais desejariam pôr os pés...Eis o quadro trágico do enorme *gap* existente entre a função da escola e o desenvolvimento da comunidade.

Pelo menos por enquanto, essa função tem-se revelado negativa, no que concerne à função desenvolvimentista. Não me refiro, naturalmente, ao papel necessário, desempenhado pela escola na educação da criança ou do adolescente, como meio de difundir a instrução básica, humanística, sem especialização, que se considera indispensável nos países econômica e socialmente desenvolvidos. Isto, porém, não se aplica ao caso brasileiro, onde estamos ingressando, ainda, no campo tecnológico.

Assim é que, as instituições públicas e privadas ao difundirem essa espécie de educação não utilitária, no que concerne ao nosso ponto de vista da necessidade de se intensificar o desenvolvimento sócio-econômico do país, deviam preparar a juventude de hoje não apenas para as funções de escritório, ou burocráticas, mas, também, para as do desenvolvimento: *mão-de-obra qualificada associada à preparação moral e cívica do indivíduo*.

Portanto, a não ser que o Governo estivesse disposto a tirar as zonas interioranas da condição de subdesenvolvimento, investindo somas vultosas da renda nacional para a implantação de determinadas indústrias e estivesse, também, disposto a cobrir, durante vários anos, os *déficits* realizados, já que as mesmas, em um certo período de tempo, não teriam possibilidade de obter lucros *normais*, não seria de se esperar que uma implantação de indústrias, nestas bases, apresentassem condições de sobrevivência.

Essa dissociação entre os objetivos do Ensino Secundário (de tendência intelectualista) e as necessidades do país, em fase de desenvolvimento, evidenciada na demanda de profissionais de nível médio, crescente, nos últimos anos, deve-se, principalmente, a:

- Fase de industrialização intensa em certas regiões;

- Necessidade de *industrialização* da agricultura;
- Evidente desproporção do nível de progresso entre várias regiões;
- Desconforto existente nas regiões interioranas do país;
- Necessidade de integração sócio-econômica das regiões subdesenvolvidas.

Daí, a nossa tese de que somente adaptando a rede de escolas de nível médio, existente no país, para suprir essa demanda de técnicos médios, necessário ao desenvolvimento industrial e agrícola, poderá tirar as regiões subdesenvolvidas desta condição.

Entretanto, seria um erro pensar-se em industrializar as regiões subdesenvolvidas ou, principalmente, as interioranas com milhões de habitantes sem técnica e sem meios de adquiri-la.

Sabemos muito bem que para a implantação de uma indústria por menor que seja três elementos essenciais deverão ser analisados previamente: o capital, a força de trabalho e o mercado.

O capital pode existir à espera de ser aplicado. Mas, numa região com baixo índice de renda *per capita*, haverá mercado para absorver a produção? Se não há escolas para preparação de profissionais ou técnicos, existirá uma força de trabalho suficiente para atender às necessidades da indústria, e às de expansão, futuras?

Se acrescentarmos, ainda, o fator negativo de que a maioria dos indivíduos em condições de trabalhar, nessas regiões, foi criada executando tarefas no campo (principalmente de cultura extensiva) sem convivência com máquinas de qualquer espécie, conviremos que difícil, senão impossível, será a tarefa de incutir nesses indivíduos novos hábitos de vida e de trabalho. E, ainda que se fosse prepará-los para a vida confinada, num ambiente de fábrica, acreditamos, não compensaria o investimento: não se conseguiria *fazer* de humildes homens do campo operários do trabalho racionalizado, em tempo hábil para reverter à empresa os frutos do capital investido. No caso do Espírito Santo, por exemplo, há falta de braços mesmo para os trabalhos do campo, na época das safras. Se considerarmos, apenas, o trabalhador da área urbana, como operário potencial da futura indústria, teremos, então, um *melting-pot* de operários especializados, uns; sem qualquer especialização, outros, na sua maioria já possuindo uma profissão qualquer. Como arregimentar uma força de trabalho de tal

natureza?

Finalmente, sendo muito baixo o índice da renda *per capita* e elevado o da propensão a consumir, haverá poupanças capazes de permitir a formação de capital com os próprios recursos da região?

É necessário ressaltar, ainda, que procurar resolver, apenas, o *problema econômico* de regiões assim caracterizadas não tem razão de ser a menos que, também, concomitantemente, se dê solução ao *problema social*, mesmo porque dar solução para um implica em solucionar o outro. Não são dissociados. O homem não pode trabalhar e produzir, se não adquiriu técnica, ou se não possui as condições *mínimas* de conforto para si e sua família. Também a empresa, como um todo, estará ameaçada a enfrentar sérios desajustamentos ou conflitos com seus empregados, se estes não dispõem de assistência médica, habitação adequada, escolas para os filhos etc. São fatores isolados, mas que no conjunto influem, isto é, a produtividade não depende apenas do *know how* e do capital, mas, por trás de tudo isto está a situação psicológica do operário que influirá, fortemente, na sua disposição de produzir mais e melhor.

Dáí, a necessidade de a iniciativa privada cooperar para a solução desses problemas que afetam diretamente a empresa. Medidas de improvisação apenas fariam adiar, ou quando muito, iludir pelas aparências. Somente um programa que reúna todos os esforços com medidas interdependentes, adotadas em toda a estrutura do sistema sócio-econômico, pode permitir que a escola atinja seus objetivos, realizando o milagre do desenvolvimento.

4. UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL COM OBJETIVOS MÍNIMOS

Talvez um tipo de programa de trabalho coordenado, em que entraria a cooperação de todas as instituições (federais, estaduais, municipais e privadas) conseguisse os objetivos mínimos:

- Dar os meios à família para prevenir-se contra as doenças;
- Estudar planos de alimentação com que possam ser fornecidos ao homem as calorias e os elementos alimentares necessários, de acordo com seu tipo de trabalho, aproveitando os recursos regionais;
- Modificar a estrutura dos programas das escolas primárias, de modo a dar à criança noções de higiene, de economia, e de trabalho que possam ser executados pela criança, no próprio lar, contribuindo para aumentar a renda e as poupanças da família,
- Do mesmo modo, incluir, nos programas dos cursos de formação de professores, matérias destinadas a preparar os futuros mestres-escolas para a nova tarefa da educação;
- De modo idêntico, proceder com as escolas de nível médio, existentes nas zonas interioranas (rurais e urbanas) para que, excluindo determinadas matérias de formação intelectualista, incluam disciplinas práticas, que possibilitem emprego imediato, pondo, ainda, à disposição dos alunos, dessas escolas, campos de experimentação, oficinas, laboratórios, etc;
- Modificar o sistema de escolas mantidas cem por cento por conta do Governo, exigindo uma parcela de contribuição da comunidade, que tanto pode ser paga em dinheiro, em espécie, ou em trabalhos executados pelos próprios alunos;
- Ajudar, de preferência, as empresas que se constituírem com a finalidade de aproveitar a mão-de-obra preparada nas escolas da zona ou região;
- Instituir escolas de aperfeiçoamento e treinamento mais avançado, destinadas aos que pretendem especializar-se em determinados ramos profissionais, independentemente de *curriculum vitae*;

- Criar escolas de treinamento profissional para a preparação de trabalhadores nas indústrias, cuja implantação esteja prevista no programa geral do desenvolvimento regional, já pelas condições peculiares à zona, já pela existência de matéria prima em condições de ser explorada;
- Aumentar o número de escolas industriais, do SENAI etc, que devem manter, de preferência, cursos destinados a preparar artífices para as indústrias existentes, ou que pretendam instalar-se, na zona ou região;
- Fomentar a instalação de cooperativas de produção e de consumo, que possam reunir e aproveitar os esforços e a mão-de-obra local, formada nessas escolas;
- Dar apoio, expresso em crédito e isenções de impostos, às indústrias novas, que se proponham a aproveitar a mão-de-obra local, ou explorar os recursos naturais existentes,
- Instituído, nas escolas primárias e de nível médio, o trabalho ao lado do estudo, quer no campo, quer na oficina, procurar inculcar, na criança e no adolescente, tais hábitos de trabalho, aproveitando, quando possível, os resultados práticos obtidos para a instituição de cooperativas de produção, que possam reunir as parcelas de contribuição individual (poupanças, trabalhos, etc) de cada um, num resultado positivo em benefício do grupo;
- Aproveitar as ocasiões possíveis, em que os alunos se dediquem ao trabalho no campo, para difundir as técnicas novas da agricultura e da pecuária e, assim, através dos filhos, modificar os hábitos tradicionais dos pais;
- Instituir cursos populares de enfermagem e de assistência à parturiente, que possam habilitar pessoas em condições vocacionais para, em certos casos, suprir a ausência do médico, ou auxiliá-lo na difícil tarefa de evitar a perda precoce de tantas vidas preciosas;
- Colaborar com as cooperativas de produção e grupos interessados na implantação de indústrias, necessárias ao processo de desenvolvimento regional, realizando pesquisas de solo, dos recursos naturais existentes etc;
- Instituir cursos populares de pintura, desenho e modelagem, que possibilitem o aproveitamento das vocações;

- Realizar reuniões, cursos e seminários, sobre o cooperativismo, que possam difundir as vantagens dessas associações e induzir grupos, ou indivíduos isolados, a se congregarem em entidades desse tipo;
- Difundir por todos os meios possíveis noções elementares de economia (educação econômica, economia doméstica, etc) que possam contribuir para aumentar as poupanças, evitar os gastos supérfluos, e levar a comunidade a criar empresas com seus próprios recursos, destinados a promover o desenvolvimento regional;
- Promover campanhas contra o charlatanismo e o curandeirismo, tanto em uso em certas classes sociais, de modo a difundir os princípios da higiene;
- Estudar o tipo de habitação mais apropriado para a região, difundindo as vantagens da sua construção, e levando a comunidade à organização de entidades que possam promover e desenvolver um plano de construções de grupos de casas populares, de preferência próximos às zonas de trabalho;
- Realizar campanhas populares de medicina preventiva;
- Promover campanhas de civismo e democratização do povo, esclarecendo-o quanto ao dever de lutar por um padrão de vida mais digno, direito que assiste a qualquer cidadão, sem recorrer a soluções alienígenas e, principalmente, conduzir as comunidades à prática da verdadeira democracia.



P E S Q U I S A

**O NEGRO NA FORMAÇÃO AGRÍCOLA
DO ESPÍRITO SANTO**

**TEXTO E PESQUISA
YVONNE AMORIM**

23 de maio de 1989

O NEGRO NA FORMAÇÃO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO

Tudo quanto somos, tudo quanto possuímos, devemos à agricultura. Todas as riquezas, todas as nossas ciências e artes, todas as maravilhas da indústria, todas as elegâncias da vida moderna não seriam possíveis sem o trabalho da terra. É do seio da terra que saem todas as matérias com que a humanidade elabora a civilização (Pereira Barreto, discurso proferido no primeiro congresso de ensino agrícola, em 1911).

Texto e Pesquisa - Yvonne Amorim

23 de maio de 1989.

O Negro Na Formação Agrícola do Espírito Santo

O desenvolvimento agrícola que vingou no Brasil, decorridos os trabalhos primitivos de colonização, contou com a participação do escravo africano de maneira efetiva, na produção de riqueza sócio-econômica deste país - a força considerável que tornou rendosa a lavoura canavieira.

Com o negro, as raízes de nossa música, dos ritos religiosos mais profundos, descoberta e ciclo de mineração, este com maior impulso no século XVIII. Com a integração do "colono preto" nos canaviais e nos cafezais, foi possível todas as esperanças para o Brasil.

As estimativas de Roberto Simonsen apontavam, no século XVII, a absorção pela lavoura canavieira, de mão-de-obra num total de 520 mil escravos, dos quais, 350 mil, aproximadamente, de origem africana. Os 450 milhões de arrobas de açúcar exportados no século XVIII e na primeira metade do XIX, consumiram o trabalho de 300 mil escravos, dos quais, um milhão importados. Por sua vez, a mineração exigiu a importação de 600 mil escravos, enquanto o café, cujo desenvolvimento teve início às vésperas da abolição do tráfico, 250 mil escravos. À cultura canavieira deve-se o maior número de negros importados. Segundo Simonsen, a importação chegou a atingir três milhões e trezentos mil, distribuída em ciclos: no século XVII, o ciclo do açúcar, 350 mil escravos; nos séculos XVIII e XIX, um milhão para o açúcar, 600 mil para mineração, e 250 mil para o café e 1 milhão e 100 mil escravos destinados a outras culturas e demais atividades de "seus senhores". Todo esse contingente negro importado teve o seu valor calculado em 100 milhões de libras esterlinas, dentro de uma produção avaliada em 170 milhões nas minerações e 400 milhões, somente na agricultura da cana-de-açúcar. As outras atividades agrícolas, que não eram pouca, não foram incluídas aqui.

A entrada de escravos africanos no Brasil, regulamentada por Alvará de D. João III, datava de 29 de março de 1549 e recomendava aos senhores de engenho que o resgate e importação de escravos, somente seria permitido, até ao máximo de 120. Contudo, o padre jesuíta Serafim Leite faz referência, entre 1531 e 1538, ao primeiro carregamento de africanos para a cidade de São Salvador por Jorge Lopes Bixórdia.

Data de 1621, o registro de entrada de escravos na Capitania do Espírito Santo, mas é contestado por informações históricas que assinalam em 1580, a entrada de 200 negros africanos, dos "menos de

oito mil” que na época vieram para o Brasil, cujo número se elevou para trinta mil, pouco antes do domínio holandês.

No início do século XIX, Humboldt informa da presença escrava na América, calculada em seis milhões quatrocentos e trinta e três mil negros assim distribuídos: um milhão novecentos e sessenta mil no Brasil, outro tanto nas Antilhas, um milhão novecentos e vinte mil nos Estados Unidos, trezentos e sete mil na América espanhola e duzentos e seis mil nas Guianas. Os negros importados pelo Brasil eram trocados em pagamento por açúcar e fumo.

O tráfico de escravos na Província do Espírito Santo era feito através de negociações diretas, entre a Província e a África, em um número elevado “sendo obrigados os que os importavam, a pagá-los com o açúcar e outros gêneros”. Mas em outras Capitanias, o comércio de escravos vigorava há mais de um século. Daemon informa que em meados do século XVII, era tão intensa a população negra na Província do Espírito Santo, que em Vitória já existia a Irmandade dos Pretos e, por sua iniciativa, estava sendo construída a Igreja de N. S. do Rosário.

A cultura de cana “situa-se aos primórdios da agricultura colonial brasileira”. Sem dúvida, a primeira cultura européia e a primeira fonte de lucros de atividade portuguesa no Brasil. No reinado de D. João III, sabe-se que Portugal vivia da pimenta-do-reino. A Coroa portuguesa não tinha indústria, nem uma agricultura desenvolvida e a sua dívida era muito elevada. Contudo, a exploração do braço escravo, já funcionava em sua primaríssima agricultura. Varnhagem menciona que, os primeiros escravos africanos vieram com os portugueses para o Brasil, desde o início da colonização. “Provisionavam-se na África, onde a escravidão era a pena mais comum no código da terra”. Esse tipo de mercadoria, dava-lhe bons lucros - dezesseis cruzados e meio por cabeça.

O escravo africano quando aqui chegou com o colonizador português, já sabia, por origem, os segredos da terra e da ciência agrícola, desde o século VII, “por seus mestres missionários muçulmanos”. “Sem angola nada de escravos, sem escravos nada de açúcar, sem açúcar nada de Brasil”, diria o colonizador dez séculos depois.

O Açúcar na Economia Brasileira

Data de 1526, o primeiro ano em que figura na alfândega de Lisboa, o pagamento de direitos de entrada, por açúcar produzido no Brasil. A cana-de-açúcar, cultura asiática, foi introduzida em vários pontos da costa brasileira de 1500 a 1822, ou seja, do descobrimento à independência, rendendo mais que todos os outros produtos reunidos

(incluindo-se os de mineração), com exportação no valor comercial de 300 milhões de libras esterlinas. Em 1526, a feitoria de Cristóvão Jacques já apontava no Brasil, em Itamaracá (Bahia), lavoura canavieira e Martin Afonso de Souza, introduziu-a na Capitania de São Vicente. Levou-a em 1531 da Ilha da Madeira, "transplantada do Chipre e das Duas-Cecílias". E não foi em vão que o El-Rei D. Manoel - o Venturoso, por Alvará de 1516 "mandou distribuir machados e enxadas, ferramentas, cobre e ferro necessários a quem se dispusesse a povoar o Brasil. No citado Alvará recomendava ainda, que "elegessem um homem prático, capaz de vir ao Brasil dar começo a um engenho de açúcar e o fabrico no dito engenho". A carta relatório de Ambrósio de Meira a D. João III, mencionava o primeiro carregamento de açúcar do Espírito Santo para Portugal, no barco de Brás Teles, em 1545, confirmado por Manoel Diégues Junior, em seu precioso documentário "O Engenho do Açúcar no Nordeste". Graças a seu relatório, toma-se ciência do progresso da capitania e de sua situação econômica, com o dízimo do açúcar arrendado a "la mala" ou seja, em massa, até janeiro de 1546, calculado em trezentas arrobas, cujo valor por arroba valia trezentos réis e seria vendido a quatrocentos réis.

Os donatários ao incentivar o plantio da cana-de-açúcar e a sua fabricação, objetivaram auferir as vantagens asseguradas nas Cartas Régias. Ao mesmo tempo em que os colonos e os mestres de fabricação de açúcar, buscavam um padrão agrícola que permitisse à Capitania um bom resultado da terra.

Em 1540, florescia a Capitania do Espírito Santo, com o funcionamento de cinco engenhos movidos à água, dois em fase de instalação, com muitos outros movidos à força animal. Diégues Junior aponta no século XIX, a decadência desse tipo de engenho, com a substituição por novos maquinários permitindo, de forma mais compatível, a industrialização do açúcar. O surgimento da máquina a vapor, do uso do bagaço da cana como combustível, da máquina de moagem e de um novo sistema de caldeiras, permitiram o aparecimento de engenhos centrais. Na lavoura canavieira da região nordestina, o arado substituiu, em alguns engenhos, o sistema primitivo adotado pelos colonizadores no plantio da cana-de-açúcar. No Espírito Santo, tanto no século XIX, como no século XX, o arado era instrumento raro. E mesmo no nordeste, no século XIX, se destacavam os engenhos que o possuíam.

Assim, o ciclo do açúcar, com o trabalho do negro escravo, governou todo um sistema agrícola e industrial-econômico no Espírito Santo, a partir de 1535.

Diz João Ribeiro - "O Brasil, o que ele é e suas colônias,

derivam do colono, do jesuíta, do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros". Foram essas raças que construíram a nossa agricultura, cuidaram da criação de gado, trabalharam na descoberta de minas, catequese e pacificação. Elas impuseram conceitos sobre a atividade agrícola "por toda parte até os últimos confins", funcionando o desbravamento, como única esperança de sobrevivência e circulação de vida.

Oportuno se faz ressaltar, que o índio permaneceu "fiel a suas raízes", senhor absoluto do cultivo da mandioca e de outras culturas. Injusto pois, seria negar a sua aptidão para as coisas da terra e o que conseguiram os jesuítas realizar com a ajuda indígena nas Capitânicas do Espírito Santo, São Paulo e Goiás. Os núcleos cooperativistas vingaram com o índio as reduções jesuíticas e, com bases "rigidamente científicas", inspirariam a que se organizassem mais tarde - os agricultores europeus. Para historiadores, o trabalho do índio com os jesuítas, foi exemplo e escola para os atuais líderes da agricultura brasileira - nossos irmãos paulistas. "O português veio aprender a agricultura com o aborígine que aqui vivia da caça e da agricultura, tendo como principal meio de subsistência, a cultura da mandioca (Saint-Hilaire, Paris 1833). Isto resgata o índio e significa que o sistema agrícola brasileiro, à época do descobrimento, era dos "tupiniquins, dos tupinambás, dos goitacases, dos aymorés" e de tantas outras nações indígenas, infelizmente exterminadas pelo homem branco. A fidelidade do índio à agricultura vai até o final do século XVII. E o Espírito Santo quinhentista, superada as dificuldades, participou, historicamente, da formação agrícola deste país, com os ciclos da mandioca, do açúcar, do algodão, do arroz, do milho e do feijão cultivados no século do descobrimento.

Manoel Querino em "Costumes Africanos no Brasil", entende que "a agricultura foi a fonte inicial e perene da riqueza do país sob a atividade e influxo do trabalho escravo". Afirmativa que ele enfatiza, quando aponta o "colono preto" como a principal participação e maior fator de produção de riqueza econômica para o país. Este conceito é defendido também por Calógeras ao analisar a importância do negro "que sob a direção do branco realizou todo o esforço preciso para construir o Brasil". Com o negro escravo, o colonizador desenvolveu as plantações da cana-de-açúcar, mandioca, fumo e café. O açúcar, produto altamente valorizado no mercado, ia para os europeus que ainda não cultivavam a cana. Essa dependência somente seria atenuada muitos anos depois, com a extração do açúcar de beterraba, por Macgraff.

O saudoso mestre Câmara Cascudo depõe em "Sociologia do

Açúcar”: “no mapa extenso da realidade brasileira, é no açúcar que mais fortemente se projeta a formação do Brasil como povo e nação”. Na verdade, após a “fase predatória do pau-brasil”, foram os canaviais e os engenhos que decidiram o povoamento do novo-mundo. A cana-de-açúcar, além de promover a posse da terra, “tornou possível a relação entre as raças”. Para Cascudo, o açúcar sobrepujou-se ao café, abasileirando-se, como parte da mistura que impôs nos engenhos a sua força moralizadora, “criando, ao redor da bagaceira, hábitos, objetos de rito e normas pensamentais”.

O Negro nas Lavouras

A escravatura no Espírito Santo, embora muito elevada, fornece poucos subsídios para um estudo mais elucidativo que o assunto requer. Mas é incontestável, a sua preciosa participação na atividade e formação agrícola das lavouras capixabas e como soube ser rendosa para os colonos-agricultores - os senhores donos da terra. Saint-Hilaire em sua “Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce”, após a sua passagem por Itapemirim e Muribeca com destino à capital da Província, em 4 de outubro de 1818, dá importante testemunho sobre a contribuição negra na agricultura capixaba. O funcionamento das lavouras ele aborda exaustivamente, assinalando a presença do negro além de Itapemirim e Muribeca, em Benevente, Meaípe, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, Santa Cruz e toda a região do Rio Doce, cujos donos de lavouras exploravam o trabalho escravo. Mas é da propriedade do Capitão-Mór, Francisco Pinto, onde hospedou-se, de que mais se ocupa. Na dita propriedade, na extremidade do vale e nas cercanias de Jucutuquara, além de engenho, floresciam as lavouras de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz, algodão e batatas. E abaixo da residência do Capitão-Mór Francisco Pinto, ficavam as choupanas onde viviam os escravos, ou seja, a Senzala. Mereceram elogios, o tratamento humanitário dispensado aos escravos e o cuidado, de forma inteligente, com que eram tratados os filhos das escravas, conservados junto das mães. Até o período de um ano, a escrava ficava em casa tecendo algodão e amamentando o filho recém-nascido.

O Capitão-Mór aplicava em suas lavouras os mesmos métodos introduzidos pelos jesuítas na “administração de suas terras”. Referindo-se à colheita de arroz, Saint-Hilaire registra trabalho de negra escrava que, “em um dia, no pilão, separava dos invólucros um alqueire de arroz” enquanto um negro, um alqueire e meio. Referindo-se a um tipo de moinho que o Capitão-Mór construía, para movimentar “vários pilões ao mesmo tempo”, diz que por falta de cascata, a ter de servir-se de bois para colocá-lo em movimento, preferiria, por ser mais econômico, “utilizar suas escravas”. Por empreitada, elas pilavam um

alqueire de arroz por dia com direito a um dia de descanso, por se tratar de trabalho muito cansativo. Tanto os escravos, quanto as escravas, trabalhavam nas lavouras de mandioca, desde o plantio à colheita, em serviço muito fatigante. O preparo da farinha-de-mandioca de que se ocupa minuciosamente, era trabalho executado totalmente pelos escravos. Saint-Hilaire, ao registrar na Capital da Província a atividade negra nos canaviais, dá ênfase ao algodão, cujo descaroçamento era executado por negros e negras, assim como a tarefa de descascar o arroz, trabalho no pilão, executado com eficiência pela mulher negra.

As mensagens dos Presidentes da Província, são preciosas e oportunos os subsídios relacionados com a escravatura. A tônica maior é a carência de braços para a lavoura, com debate entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trazendo muita inquietação para o governo e os agricultores. A esta altura, proliferavam os quilombos. Os escravos fugitivos cuidavam de organizar-se em luta pela liberdade. Em 1830, C. Fouquet em "O Imigrante Alemão", já abordava a carência de braços para o trabalho da lavoura, julgando a inconveniência da redução na importação de escravos, que além de reter e prejudicar o desenvolvimento das culturas, poderia determinar um colapso no sistema agrícola do país, dependendo, para crescer, de mão-se-obra da escravatura.

A mensagem do Presidente da Província Dr. Pedro Leão Velozo, relativa aos períodos 1858/1859, é bastante apreensiva colocando em pauta o problema de carência de braços nas lavouras. Na época, 2.600 homens sendo 2/3 de escravos, aproximadamente 1734 negros, trabalhavam nas lavouras de café e de mandioca em São Mateus. Sem muita covicção para estabelecer comparações entre o trabalho livre e o escravo, mencionou que um negro em média, produzia 250 arrobas de café em bruto, calculadas entre 200\$ a 300\$ depois reduzidas a 70 arrobas de café limpo. Colocando em discussão o trabalho livre e o escravo, anexou à mensagem um apenso, um relatório sobre as lavouras e seu funcionamento em toda a Província, como se segue:

Vila de Linhares - O trabalho livre dependia da vontade do jornaleiro (homem que trabalhava por jornada), por isso não constituía vantagem. Enquanto isso, o serviço de um escravo, em gastos, equivalia a dois jornaleiros. As terras de Linhares são excelentes para qualquer tipo de cultivo, como a cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, e seus principais produtos, Lavoura de café. No trabalho por jornada, Índios mansos.

Vila de Santa Cruz - Produção de café e açúcar, com carência de braços, levando como consequência, várias fazendas à desativação.

O trabalho escravo é superior ao trabalho livre e de interesse do lavrador, que não teria de pagar salário e alimentação. No cultivo da cana-de-açúcar o trabalho escravo rendia um valor bruto de 230\$ e no do café, 400\$ anualmente.

Vila da Serra - Como principal cultivo, progride a lavoura de café, enquanto a de cana por influência do café, vem regredindo desde 1846, além de outros problemas que enfrentam os senhores de engenho. O braço é escravo, mas devido ao alto custo não se pode tirar o juro de 1% ao mês. A comodidade do trabalho do negro vai sendo substituída pelo trabalho livre.

Município de Vitória - Com braço escravo o café contribui como principal cultura agrícola. Há crescente progresso com enriquecimento de alguns. Cada escravo, produz um lucro anual médio, entre 80 a 100 arrobas de café. Os principais lavradores da região, exploram o trabalho escravo, com sua utilização além do café, nas lavouras de cana, mandioca, feijão, milho, algodão, arroz, batatas e hortaliças.

Vila de Guarapari - A carência de braços debilita as várias culturas, com uma produção bastante precária. Nas lavouras empregam-se homens livres, mas uma quarta parte é integrada pelo braço escravo. Cada um produz, anualmente, 234\$.

Vila Benevente - Há progresso para os lavradores no cultivo de café, com bons lucros financeiros. Contudo, decresce a produção da terra em pequenos roçados. O agricultor de Benevente não acredita no bom resultado do trabalho livre, dando preferência ao braço escravo. Cada escravo produzia na época, anualmente, só na lavoura de café, de 300\$ a 400\$ e a metade desses valores em outras culturas.

Município de Itapemirim - As mais desenvolvidas culturas agrícolas estão relacionadas com a cana-de-açúcar e o café. As terras são excelentes para essa cultura e o trabalho escravo, o único recurso para agricultores. Estes alegam que, os braços livres "não se sujeitam e se o fazem é por alto preço", além de outras comodidades exigidas. A estimativa anual de produção por escravo é de 150 arrobas de açúcar e 200 de café.

No século XIX, a população escrava na Província do Espírito Santo, era de 18.744 negros, assim distribuídos: Vitória, 863; Cariacica, 896; Viana, 1.274; Mangaraí, 316; Carapina, 205; Vila Velha, 280; Serra, 2.004; Queimado, 919; Nova Almeida, 2.048; Santa Cruz, 2.586; Linhares, 928; São Mateus, 1.859; Barra de São Mateus, 354; Guarapari, 213; Benevente, 412; Piúma, 133; Itapemirim (Vila), 1.885; Cachoeiro de Itapemirim, 1.254 e Itabapoana, 315. Total 18.744 escravos.

Insurreição do Queimado e o Movimento Negro

A insurreição do Queimado explodiu a 19 de março de 1849, mas, bastante antigos, eram os quilombos, aglomerando negros fugitivos nas florestas, nas cercanias das fazendas e povoações. Conter a fuga dos escravos que se uniam nos quilombos, com uma força policial de captura deficiente, tornou-se quase impossível. A meta dos negros era irreversível e só fortalecia o seu desejo de liberdade. A escravatura do Espírito Santo fez da insurreição de Queimado o seu grande episódio de luta.

O Presidente da Província, Dr. Antonio Pereira Pinto, em ofício datado de 30.08.1848, informava de sua apreensão ao Ministro do Império, Conselheiro Pedro Dias de Carvalho, em face do elevado número de quilombos em toda a Província. A sua mensagem na abertura da Assembléia Provincial, datada de 11 de março de 1849, aborda de maneira preocupante esse problema, que seria decisivo para o "enfraquecimento da agricultura com a desmoralização da escravatura". Antes, em 1840, a mensagem à Assembléia Provincial do Presidente Dr. João Lopes da Silva Couto, dava conta de que se formara um contingente de 24 homens armados, para capturar criminosos e colaborar com as autoridades policiais na destruição de quilombos. A destruição de um quilombo, reunindo 18 casas, com muitos negros aprisionados e outros mortos no campo de luta, foi o principal assunto da mensagem do Sr. Presidente da Província Dr. Joaquim Marcelino, em 17 de janeiro de 1843. Na citada mensagem informava da existência de outros quilombos. Muitas dessas mensagens abordavam "a insurreição dos escravos e a constante formação de novos quilombos no território capixaba". A ideia revolucionária de abolição da escravatura, conquistou muitos adeptos no Espírito Santo, a partir de 1869, especialmente no meio da elite intelectual capixaba. Em Vitória, o centro mais irradiador, ferviam os ideais abolicionistas com Afonso Claudio, Cândido Costa, Aleixo Neto, Aristides Freire, Cleto Nunes, Pedro Lirio, Amâncio Pereira, Tibúrcio de Oliveira, Antonio Aguirre e outros; no sul, empenharam-se na mesma luta Gil Goulart, Francisco Ataíde, Leopoldo Cunha e Costa Pereira. Na região do norte do estado, a luta prosseguia com Vicente Lopes e outros abolicionistas.

Data de 1869, a fundação do "primeiro movimento emancipador", com a "Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo", seguindo-se outras: "Sociedade Libertadora Domingos Martins;" "Clube Abolicionista João Clímaco;" "Sociedade Beneficiente Libertadora Rosariense" e a "Emancipadora Primeiro de Janeiro". Esse movimento, ganhou na época a adesão do Presidente da Província Dr. Francisco Ferreira Corrêa, que além de colaborar na coleta de

donativos, nomeou, a 21 de março de 1878, comissões de cinco membros, com a finalidade de angariar nos diversos municípios da Província, fundos destinados à causa abolicionista.

O tráfico de escravos foi abolido no Brasil em 1850, por força da Lei Eusébio de Queiroz. Cercada de grande resistência dos proprietários de terras o seu cumprimento, só foi possível dez anos depois, por influência do Ministro da Justiça Nabuco de Araújo.

A população negra importada da África dominaria, como elemento étnico no Brasil, não fosse de 40% a proporção dos que morreram nas gaiolas - os infectos tumbeiros que os traziam do continente africano - a maior parte de Angola - como animais.

O Espírito Santo, apesar de ser inferior ao contingente africano em relação a Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e São Paulo, à data da Abolição "formava entre as unidades do Império que mais possuíam escravos" - 13.403, sendo 6. 965 só no município de Cachoeiro de Itapemirim.

O Negro na Formação das Fazendas

O açúcar, o algodão e o café, entraram na formação das fazendas, como culturas nobres, com efetiva participação do trabalho do escravo até o século XIX. A presença do negro nas fazendas do Espírito Santo, funcionou como elemento propulsor de riqueza econômico-agrícola de maneira intensa. O trabalho escravo reunia homens e mulheres, com senzalas que aglomeravam até mais de quatrocentos negros. Estudos realizados, com minuciosa pesquisa, junto às fazendas na época em Vila de Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Viana, Serra, Nova Almeida, São Mateus, Queimado e Vitória (onde eram mais elevadas as concentrações de escravos), atestam a evidência com que o negro se fez presente na formação agrícola do Espírito Santo.

A Lei nº 3.353, assinada por D. Isabel - a Rendentora, em 13 de maio de 1888, foi comemorada pela maioria do povo brasileiro. No Espírito Santo, especialmente em Vitória, a abolição da escravidão foi recebida com muito entusiasmo. O comentário é do jornal "O Espiritossantense", em sua edição de 16 de maio de 1888.

Antecedida de quatro séculos de humilhações e sofrimentos, a Lei Aurea, decorridos mais de um século, ainda não resgatou a dívida do povo brasileiro com a raça negra.

BIBLIOGRAFIA

- A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO - Basílio Daemon
- A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO - Mario Aristides Freire
- CARTAS AVULSAS - (Jesuíticas - vários) 1550/1568
- HISTÓRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - José T. de Oliveira
- HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO - Maria Stela de Novaes
- HISTÓRIA GERAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA - Luiz Amaral
- HISTÓRIA DO CAFÉ - Visconde Taunay
- HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS - Serafim Leite
- HISTÓRIA GERAL DO BRASIL - Francisco Adolfo de Varnhagem
- MINHA TERRA MEU MUNICÍPIO - Antonio Marins
- NOTÍCIA DO BRASIL - (Revisão do MEC ao tratado descritivo do Brasil por Gabriel Soares de Souza).
- O ENGENHO DO AÇÚCAR NO NORDESTE - Manoel Diégues Junior
- O IMIGRANTE ALEMÃO - C. Fouquet
- SOCIOLOGIA DO AÇÚCAR - Câmara Cascudo
- TRATADO DESCRITIVO DO BRASIL EM 1587 - Gabriel Soares de Souza
- VIAGEM AO ESPÍRITO SANTO E RIO DOCE - Auguste Saint-Hilaire (tradução de Milton Amado).
- VIAGEM AO BRASIL - 1815/1817 - Maximiliano - Príncipe de Wied
Nerwied
- PRESIDENTES DA PROVÍNCIA
- (mensagens alusivas ao negro)
- 1842 - Dr. João Lopes da Silva Couto
- 1843 - Brigadeiro Wenceslau de Oliveira Belo
- 1844 - Dr. Francisco de A. Almeida Monjardim
- 1845 - Dr. Joaquim Marcelino da Silva
- 1849 - Dr. Antonio Pereira Pinto
- 1858/1859 - Dr. Pedro Leão Velozo

C R Ô N I C A S

O GRANDE TESOUREIRO

Renato Pacheco

Com o falecimento de NILO MARTINS DA CUNHA perdi um grande amigo e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo fica sem seu grande tesoureiro.

Nilo, (julho de 1918 - abril de 1990) desde cedo, foi um trabalhador infatigável. Na Bolsa de Mercadorias de Vitória, como jornalista de A GAZETA (da qual chegou a Diretor), como professor do Colégio Americano e da Faculdade de Filosofia, como advogado, como Secretário de Estado da Educação, como Diretor Geral da Assembléia, como Assessor da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo, sempre se distinguiu pelo zelo, pela competência, pelo amor ao trabalho. Mesmo nos últimos meses, minado por pertinaz doença, ainda recebia processos em casa, para minuta-los, à mão, naquela letra bonita, e devolve-los a exame de seu superior hierárquico.

No Instituto entrou há mais de vinte anos, e se notabilizou no último decênio como seu Tesoureiro. O Instituto tem tido sorte com seus tesoureiros: lembro-me de Norbertino Bahiense e Ivo Amâncio de Oliveira que, na espinhosa função, deram tudo de si em prol da Casa do Espírito Santo. Nilo brigava pelo Instituto, aborrecia-se com os sócios relapsos, entrou em choque com contratado que não cumprira um contrato de restauração, defendeu, com unhas e dentes, o patrimônio que nos foi doado pelo saudoso Elmo Elton, foi uma figura inesquecível como membro de nossa diretoria. Sua última atividade, juntamente com Ormando Moraes (representando a Academia Espírito Santense de Letras) foi correta e superiormente realizada: gerenciou o projeto BANDES/IHGES/AEL de comemorações do 1º Centenário de Proclamação de nossa República, feito com tanto êxito, no ano findo. Mesmo licenciado, por motivo de doença, e substituído corretamente por José Higino de Oliveira, o Taneco, Nilo prestou sua colaboração ao projeto, e, inclusive, com dificuldade, veio à festa de encerramento das atividades anuais, no último dia 13 de dezembro.

As instituições culturais vivem do esforço de uma pouca de abnegados. Seus dividendos são mínimos e as amolações máximas. Porém se numa dada sociedade elas são consideradas importantes para o tipo de civilização que se criou, mistér se faz que alguns se sacrifiquem. NILO MARTINS DA CUNHA se sacrificou e por isto, nesta revista que se publica após a sua morte, dentro de uma proposta inicial

do consócio Miguel Depes Tallon, Secretário Geral, rendo, em nome da Diretoria, esta homenagem especial àquele que foi, durante tanto tempo, nosso GRANDE TESOUREIRO!

Parafraseando o discurso que Nilo Martins da Cunha fez em honra a Helio Gualberto Vasconcelos, quando de seu ingresso no Instituto (Revista, n. 39, p. 123) concluo:

"Você, meu caro amigo, foi nobre e cumpridor de seu dever, quer como homem, cidadão e professor."

Oxalá outros saibam imitá-lo e imitá-lo bem".

Vitória, 5 de maio de 1990.

Renato José Costa Pacheco

MAIOR QUE O PENEDO

Miguel Depes Tallon

Conheci Nilo Martins da Cunha nos idos de sessenta, na velha FAFI, na Jerônimo Monteiro. Nilo era titular da cadeira de História da América e eu, seu aluno. No ano seguinte, como presidente do então Centro de Estudos Históricos, de saudosa memória, recorri a Nilo, para, através de sua amizade, trazer a Vitória o historiador Vicente Tapajós, na época, uma das autoridades de História da América, no Brasil. Lembro-me de que, juntamente com Alvimar Tatagiba e Josafat Costa, eu e Nilo levamos Vicente Tapajós, para almoçar uma moqueca, pouco antes de sua palestra, e o resultado não poderia ter sido mais desastroso: Tapajós, que também era chegado a um bom vinho e a uma boa água benta, acabou em tal estado, que quase não consegue proferir a sua palestra.

Depois, na medida em que o tempo foi passando, nossa amizade foi se estreitando, e eu fui verificando a extraordinária figura humana e a notável cultura, principalmente histórica, que se manifestavam em Nilo. E foi através dele, num concurso de títulos, que, com outros dois colegas, ingressei no Departamento de História, da Universidade Federal do Espírito Santo, do qual ele era chefe. Ali, ao lado de Renato Pacheco, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Milton Teixeira Garcia, Ivan Lorenzoni Borgo, Hegner Araújo, Mintaha Alcure, Luís Guilherme Santos Neves, Mário Bonzano, Sérgio Dell Caro, Regina Hees, Sônia Demoner e outros mais, Nilo foi edificando uma obra magnífica, a ponto de, numa pesquisa de caráter nacional, o curso de História ter sido um dos três únicos cursos da Universidade Federal do Espírito Santo a obterem a qualificação de “bom”.

Posteriormente, cansado do lenga-lenga improdutivo dos “engaxaatos” - cruzamento de “engajados” com “xaatos”, com x mesmo, não com ch - aposentou-se. Na época, uma perda lamentável para o Departamento, que sequer tentou demovê-lo da idéia.

Aposentado, foi ajudar Renato Pacheco na assessoria jurídica do Tribunal de Justiça, onde a doença o colheu irremediavelmente.

Mesmo enfermo, prosseguiu em seu trabalho, no Tribunal, afastando-se, porém, da tesouraria do Instituto Histórico e Geográfico, onde deixou sua marca de homem sério, metódico, organizado e operante.

Até onde pôde, resistiu. Mas, nos últimos tempos, teve, também de se afastar da assessoria jurídica do Tribunal de Justiça, permanecendo em casa, em sua incansável luta pela vida.

Quando, há algum tempo atrás, fui visitá-lo, com Renato, Léa e Milton, tive a impressão de que iria vencer a sua luta contra a morte. Disse aos amigos, impressionado com sua fibra, que dessa ele escapava. A imagem que dele tive naquele momento - e é exatamente a que guardo e a que tenho neste instante - é a de um gigante lutando com todas as suas forças, pela vida, exatamente porque para ele viver foi sempre uma alegria.

Dias depois me disseram que seu estado piorara. Renato, Léa e Luis Guilherme me chamaram para visitá-lo. Disse que não podia. Mas não era verdade. Na realidade, quase como numa premonição, pressentia o seu fim, e dele não queria ser testemunha. Muito antes pelo contrário, a imagem sua que queria guardar era a de quando o visitara: a de um bravo guerreiro da vida, que, até onde fosse possível, não daria quartel à morte, acuando-a com seu enorme porte de gigante. É essa a imagem que guardarei, como homenagem a esse homem que não morreu, mas que, como no **Tao**, concluída a sua obra, simplesmente se recolheu como só o sabem fazer os filósofos e poetas de vida - gente da estatura de um Ávila Júnior, de um João Madureira.

Não sei exatamente o que pretendia, quando comecei a escrever sobre Nilo. Sei apenas que não é um necrológio, porque lhe falta a necessária seriedade. Sem falar no fato de que eu não pretendia falar no excelente Secretário de Educação que ele foi, enquanto foi possível ter paciência, driblando o nepotismo e o fisiologismo nesta eterna capitania hereditária. Talvez o que eu quisesse fosse uma crônica. Se fôr é lamentável, porque o cronicado é grande demais para caber nos limites estreitos de uma crônica. Talvez seja somente uma homenagem, ou sei-lá-o-quê. De qualquer modo, se se foi, ficam conosco suas lembranças, a memória de seus gestos, o magistério de suas atitudes. E, de minha parte, nada mais posso dizer, senão: -Nilo morreu. Viva Nilo!

TERNURA DO MAR

Ao amigo Humberto.

*Instantes de recordações do inesquecível
Maestro ADOLPHO SERRA*

Em uma linda tarde de abril o poeta se deteve à beira do mar.

O mar tranquilo e bonançoso ia e vinha em pequenas ondas espalhando-se em curvas rendilhadas de espumas, umas sobre as outras, renovando-as sempre.

Uma brisa amena soprava acariciante. O céu, uma imensa redoma azul limitando-se à longínqua linha do horizonte, cobrindo o mar e a terra com flocos de alvas nuvens, enfeitando-o.

O poeta embevecido, próximo ao farol, sentou-se na branca areia da praia.

Como Pan, o deus mitológico, a divindade de tudo que existe, toma de sua flauta, dedilha modulados sons maviosos e estabelece-se um colóquio amoroso no sibilíssimo canto com o mar.

A alma do poeta-sonoro suavemente canta seu poema em dolente compasso ternário, a dizer em devaneios de carícias à TERNURA DO MAR o que representa sua alma de artista.

José Higyno de Oliveira

Eis mais uma história de nossa infância. Iguais a esta, temos inúmeras, porém, nem a todas podemos dar publicidade, em face da incompreensão em que vivemos e na qual o homem deixa de ser irmão, renegando a beleza do amor e da fraternidade, numa flagrante desvalorização de si próprio, tornando a vida menos humana, em desrespeito para com o nosso Deus.

No entanto, esta história que hoje levamos aos leitores, relembrando o passando, é oportuna porque está relacionada com o problema do menor abandonado, tendo em vista que dia a dia, piora a situação, a despeito de numerosas e até famosas entidades por aí espalhadas com os rótulos de protetores de menores; infelizmente, diante da proliferação, os menores servem maravilhosamente aos interesses de certos homens que neles (menores) encontram alimento para sua subsistência...

Humilde filho de família pobre, José sempre foi um menino tímido, igual a muitos outros garotos que nascem e morrem por falta de recursos, sem carinho nem amor, não podendo realizar seus sonhos de criança.

José, todavia, pode vencer, com esforço próprio, recebendo e acatando os conselhos de seus velhos mestres, dos quais poderíamos citar um grande número, não o fazendo, entretanto, em respeito a muitos que alguma coisa podiam ter feito, mas nada fizeram pelo garoto pobre da rua São João.

As primeiras letras foram-lhe ministradas ali mesmo, na Cidade de Palha (hoje Vila Rubim), onde nascera, pelo velho Manhães que, bondosamente, sem remuneração, acolhia os mais necessitados, entre estes, o José, filho de Dona Estrela, a lavadeira dos mais afortunados.

Pouco tempo ficou José aos cuidados do velho Manhães.

Como todo menino, José alimentava seu sonho, despertado, que foi, quando passou a frequentar o Externato São José, ao lado do Colégio do Carmo, para onde o levava uma de suas tias, Professora, ali, tendo de acompanhar os colegas de escola e frequentar o catecismo.

De uma feita, fora-lhe entregue, por uma das irmãs de caridade, um santinho (medalha) para trazer ao pescoço, dependurado por um fio de barbante (à falta de coisa melhor, em face de sua pobreza).

Depois, de rapaz, procura José realizar seu sonho de infância: adquirir um cordão de ouro, para substituir o de algodão ou coisa que o

valha, tão seu familiar entretanto, vê que é impossível tê-lo ao pescoço, diante da agonia que causa a seu espírito o uso de semelhante ornamento.

“Hoje que poderia usá-lo, diz José, constrange-se fazê-lo, porém o conservo, até agora, numa caixinha... recordação de um passado”.

Quantos, por aí, em idênticas condições, perambulam pelas ruas, deixados, como fora José, sem amor e sem carinhos, entregues ao Deus-dará, necessitados de orientação e amparo moral, para serem os homens de amanhã.

JOSÉ HIGYNO DE OLIVEIRA

(TANECO)

AUGUSTO RUSCHI O PIONEIRO DA ECOLOGIA BRASILEIRA

EM NOME DOS COLIBRÍS (*)

DANILO MICHELI

Talvez o dia 3 de junho de 1986 seja uma data que muitos não haverão de lembrar. Passará, todavia, para a história do Brasil porque lembrará um grande homem que desapareceu naquele dia: o naturalista **AUGUSTO RUSCHI**.

Como sempre acontece, a glória chega depois, mas isto parece típico dos pioneiros e dos heróis: ser incompreendido durante a vida e glorificado após sua morte.

Ele tinha consciência de que descobria um novo mundo, criando uma nova maneira de ver a humanidade.

Se falar de ecologia, hoje é difícil, calculemos o que foi durante a ditadura militar ou nos anos anteriores de poucos conhecimentos.

Sua maneira de considerar a natureza como parte integrante da totalidade e seu estilo de defendê-la com todas as forças em todas suas formas, criou-lhe inimigos tanto na direita como na esquerda.

Os primeiros queriam a destuição das florestas como símbolo de progresso, os segundos diziam que era absurdo proteger colibrís e orquídeas enquanto o povo morria de fome.

Como se sabe, Augusto Ruschi foi conhecido particularmente como estudioso do beija-flor e orquídeas de que sua terra natal, Santa Teresa, no Espírito Santo, era riquíssima.

Ele dedicou toda sua vida a catalogar e criar colibrís e selecionar milhares de espécies de orquídeas.

O Museu Melo Leitão de Santa Teresa é hoje considerado um monumento nacional, para o qual até da Europa chegam cientistas e estudiosos para fazer pesquisas.

Mas seu horizonte não parava aí, lutava sempre contra os predadores da natureza, manifestando seu caráter rude e contraditório, colérico e apaixonado que pertence a homens que vivem em estreito contato com a natureza, e não filtram através da forma exigida pela sociedade suas pretensões.

Seu relacionamento com as autoridades e a imprensa deixaram transparecer uma instintiva desconfiança que não lhe permitia ser estímulo para todos.

Como se sabe, a incompreensão para com os pioneiros parece

um atraso de conhecimento. Éramos nós que não entendíamos ainda qual era sua mensagem, mensagem esta vinda de um naturalista de origem italiana.

Ruschi morreu em circunstâncias dramáticas, mas sua morte tão coerente e próxima de sua vida, coloca-o como o primeiro grande mártir do movimento ecológico brasileiro.

Multiplicaram-se os grupos defensores da natureza, os jovens tomaram consciência de estar num país que está percorrendo um caminho perigoso, particularmente, porque tem uma grande responsabilidade perante o mundo: preservar o último pulmão da terra, a Amazônia. Durante seus anos de isolamento na floresta, Ruschi foi obrigado a enfrentar várias moléstias tropicais, defendendo-se tomando excessiva quantidade de antibióticos que, com o correr do tempo, debilitaram seu corpo e prejudicaram seu fígado.

Já sofria de cirrose hepática quando dez anos antes foi envenenado por um "sapo dendropata" que apanhara para estudos.

O envenenamento prejudicou-lhe de tal forma a saúde, que o levou a submeter-se ao tratamento proporcionado pelo cacique tuxcaramé Raoni e pelo pajé Sapain).

Sua progressiva repulsa à medicina tradicional o fez aproximar-se da farmacopéia indígena, cuja tradição milenar se baseava em um profundo conhecimento da natureza.

Raoni e Sapain já tinham curado outras pessoas do veneno proveniente do sapo amazônico, mas quando foram convidados pelo Presidente Brasileiro para salvar Ruschi, disseram que nunca tinham visto e tratado de um paciente, cujo corpo carregava tanto veneno.

O fato aconteceu no Rio de Janeiro em princípios de 1986, perante a incredulidade dos médicos e da opinião pública.

Entre fumaça e ervas sua saúde melhorou, pois cessou a hemorragia nasal e voltou a dormir melhor.

A "pajelança" foi um sucesso. No mês junho do mesmo ano, Ruschi submeteu-se a uma operação de hérnia, tendo sido internado na cidade de Vitória, onde os médicos constataram dificuldades de pressão aliada a problemas resultantes da função hepática.

Depois de sucessivas crises, faleceu aos setenta anos, e em seu corpo, após ser submetido à autópsia, constatou-se que não havia qualquer sinal de veneno.

(*) Traduzido de "IL CORRIERE" de 21/03/1988 - S. Paulo

A CRUZ DO ALÍPIO

Lécio Gomes de Souza (*)

Na encruzilhada dos caminhos que seguiam um para a usina da Cascata e outro para a vila de Ponte do Itabapoana, passando este pelo sítio do Capim, no extremo meridional do Espírito Santo, erguia-se a cruz do Alípio, que não sei se ainda existe. Consistia em um cepo de madeiro de lei, espesso, lavrado em quatro faces, espontado na extremidade superior e medindo cerca de uns dez metros de altura.

Imponente, não resta dúvida, imponente e tétrica, os braços apontando as direções leste e oeste, com a particularidade exótica de ser pintada a piche, cor do luto eterno. Rebrilhando ao sol ardente ou ao plenilúnio, inspirava respeito nas quadras adustas do dia e medo nas horas mortas da noite. Quando chovia ou reinava escuridão fechada, tornava-se pouco visível à distância, anunciando-se de súbito ao viajor, mal se destacando no fundo tarjado das nuvens ou nas sombras dissimulantes das trevas. Momento azado para uma persignação instintiva dos raros peregrinos, mesmo os mais afoitos.

Ao derredor um descampado, triste e ermo, o qual atravessava corrente, estorvada por ninféias e tábuas, as derradeiras com pendões escarlates a se desfazerem em painas esvoaçantes. Cardumes de manjubas nadavam ágeis no filete de águas transparentes que as esporádicas viaturas passantes haviam cavado na estrada arenosa. Em volta o silêncio, interrompido a espaços pelo monótono arrulhar da rola ou pelo indiscreto grito do bem-te-vi. À noite o pio agoureiro da coruja e do bacurau ou o coaxar dos sapos no pântano e, além, o brilho fosforescente do fogo fátuo.

Limitavam o espaço uma cerca de arame farpado e uma porteira de grossas tábuas, a ranger rouca quando aberta e a bater estrepitosamente ao se fechar sob o próprio peso. Horripilante antolhava-se o local, a infundir nas gentes simples, cheias de credices, convictas da existência de assombrações e almas penadas, pânico e terror. A desoras velas acesas, colocadas por mãos pias ao pé da cruz, suscitavam em espíritos propensos a superstições, quadro fantasmagórico e sinistro, de luzes bruxoleantes ao sabor da brisa suave, soprada do mar longínquo. Sobressaíam, então, da obscuridade circundante os braços gigantes, alumiados de baixo para cima, projetando no fundo de nanquim noturno o perfil funéreo, de presságio macabro.

(*) Sócio correspondente

Eu tinha pavor de enfrentar a passagem, mesmo em dia claro e garoto, já contagiado pelas estórias contadas pelas pretas velhas, quando o fazia era sempre correndo, com o coração a saltar, sem olhar para trás. Durante o sono era tomado de pesadelos, aparecendo-me a cara bexigosa de um Alípio imaginário, alhures vista.

Perto, coisa de um quilômetro afastado, meu tio Zezé, de nome José Aníbal, casado com tia Cotinha, irmã de minha mãe, possuía uma venda anexa à casa de residência, relativamente confortável, ambas caídas, o branco vivo a ferir os olhos ao sol candente, janelas e portas pintadas de verde-folhagem. Lá se negociava desde a cachaça, guardada em garrafões, ao bacalhau dependurado junto das prateleiras, às chitas multicores, roscas enfiadas em longos fios de barbante, roupas feitas em tecido grosseiro, como camisas e calças de riscado, além de ovos, querosene, banha de porco e gêneros de primeira necessidade.

A larga fachada, olhando para o oriente, dava à vivenda aspecto risonho e acolhedor, ocupando o boliche a ala direta e a moradia a esquerda. Bem defronte jazia, comprovante da uberidade do solo, um tronco de árvore secular, circunferência descomunal, ali exposto há longos anos, que a meninada tentava subi-lo em vão. Prolongando o terreno, estendia-se virente prado, a princípio em largo lance plano, depois em aclave acentuado, até os limites do bosque à vista, de onde o bando infantil se largava em vôos arrojados, cada qual seguro na extremidade de consistente cipó, por entre a alta ramaria da mata, em perigosa e emocionante vertigem das alturas.

No centro da planura erguia-se tosco rancho, no qual os tropeiros estacionavam ao cair da tarde após extensas caminhadas, provindos de remotos pagos, para prosseguirem viagem na manhã seguinte. Soltavam, em seguida, as bestas e os burros de carga, a madrinha ricamente ajaezada primeira a ser desencilhada e os mureares se punham ávidos ao pasto. Os condutores, afaimados, acendendo fogo, preparavam rápido a parca refeição. Noite alta acordes de sonoro violão, acompanhados pela voz forte do caboclo apaixonado, evocavam a figura da amada companheira, perdida por este mundo fora, saudosa e aflita.

Ao fundo, a tiro de espingarda, corria garboso o rio S. Pedro, nada mais que mediano ribeirão, onde a molecada aos domingos se exercitava em pugnas natatórias, fendendo a água de pés unidos, em arrancos cadenciados, deixando perceber ao longe, como rufos de tambor, o ecoar rítmico das batidas e os gritos de sã e selvática exultação.

Logo abaixo o curso de água desaparecia de repente em

fervilhante sumidouro, para surgir de novo estirões abaixo, estuante, rejuvenescido, em uma série de encantadoras cascatas, que vieram a dar nome à usina jusante - as mais formosas que minha retentiva guarda -. Ponte rústica, construída em madeirame, atravessava o leito seco e pedregoso do rio, oculto pelo sorvedouro voraz, na estação da seca e, sobre águas espumantes, na das cheias.

Entrementes a Pedra Menina, cerúlea e altaneira, fechava os horizontes por amplo arco de círculo, titânica, misteriosa...

A fazenda do Capim povoou a minha infância pares de anos, mesmo porque tio Zezé dela se desfazendo, o fizera para outro tio, esse por parte de pai, de quem já havia sido sócio. Chamava-se Euclides, com o apelido de Teco, baixo e engraçado e a sua esposa, mãe de dez ou onze filhos, era mana de minha mãe. De modo que as nossas habituais visitas continuaram sem interrupção, em domingos alternados. Só cessariam mesmo com a transferência definitiva a estranhos desse inesquecível repositório de lembranças e tumultos de saudades.

Não conheci o Alípio em sua vida terrena. Talvez quando eu tivesse vindo ao mundo, ele já morrera fazia anos. Foi vitimado pela varíola, em violenta epidemia desencadeada em inícios do século, responsável pela ceifa indiscriminada de avultado número de pessoas. O receio oriundo da crença de sua alma errante suscetível de aparições ia se desvanecendo em relação ao meu desenvolvimento mental, ainda mais com os fatos a mim relatados por Salvador, seu tio, mulato velho e sério, digno de todo o crédito.

Segundo ele - e creio em sua narrativa com o mais fundo respeito - Alípio foi homem bom, puro e temente a Deus, de costumes morigerados. Ainda solteiro, assentara pé, após a morte do pai, lá pelas bandas da Rocinha, sustentando mãe e irmã solteira. Ocupavam ainda a casinha construída pelo "falecido", barreada, coberta de telha, no meio do cafezal viçoso. Tomara a si o moço a tarefa que competira ao genitor e trabalhava com energia e persistência, plantando entre as ruas de cafeeiros milho e feijão. Na época da colheita se desdobrava e se esfalfava, auxiliado pelas duas mulheres, o café a meias com o patrão e tudo o mais para consumo próprio. A mãe e a irmã cuidavam de pequeno jardim, onde floriam as mais mimosas rosas e espécimes outros, de nutrida horta e de frondoso pomar, com os mais saborosos frutos. A água apanhava-se perto, em cristalino regato despencando-se de alta ribanceira, agradável ao paladar e convidativa a gostosos banhos. Além disso, preparavam e torravam a farinha de mandioca e moíam a cana de açúcar, da qual extraíam a garapa e fabricavam a rapadura. À margem do terreiro, em local caprichosamente limpo,

aparecia o forno arredondado, feito de tijolo e reboco onde, mestras doceiras, preparavam broas e biscoitos. Tal se lhe bastava à existência modesta e nada ambiciosa, mas garantida pela fartura das searas pródigas.

Caminhava tudo nessas disposições, quando irrompeu em princípios século XX na região violento surto de varíola, em época de medidas preventivas desacreditadas. Escasso número de vacinados ficaria indene ao morbo letal, com características de gravidade extrema em quem não se achava imunizado. E eles constituíam a imensa maioria.

Primeiro adoeceu a moça e, logo em seguida, a genetriz, atacadas por uma erupção maligna, asquerosa, purulenta. Venceram dias e dias, com febre e delírios, às vezes estado de inconsciência, momentos aflitos, desesperadores. Finalmente a cura anunciou-se, com a queda de temperatura, triunfante e alvissareira. Depois abundante descamação furfurácea sobre o lençol e as pequenas cicatrizes, indeléveis e definitivas. Alípio se desdobrava em mil cuidados com as doentes queridas, indormido e vigilante, apesar de o corpo se lhe mostrar cansado e indisposto.

Encontravam-se as duas enfermas débeis e convalescentes, eis cai quem tinha sido o herói indiscutível daquele difícil transe, indômito e decidido, velando nos instantes cruéis as criaturas que lhe haviam sido a chama vital. Variedade fulminante da moléstia, baldos todos os recursos, esgotadas todas as esperanças. Dentro de uma semana ele morria, com máxima consternação dos que o amavam, principalmente de Maria dos Anjos, doce e amorosa, mantenedora consigo de um romance secreto, dramaticamente interrompido.

A consideração dos escapos da mortífera peste concederam-lhe sepultamento condigno, com cortejo comovente e pranteado, posto que fora inumado como exemplo de fidelidade e altruísmo. Levantaram-lhe aquele colossal e estranho monumento, pintando-o de preto, a simbolizar o anjo perpétuo no qual se mergulhariam todos os moradores da redondeza, uma saudade imorredoura a lhes encher os corações.

Por anos a fio os contemporâneos acenderam-lhe velas, ofertaram-lhe rezas as mais fervorosas, espalharam flores sobre a catacumba solitária, sempre enfeitada à luz diáfana do sol, sempre iluminada a clarear um ponto escuro nas noites tenebrosas.

Maria dos Anjos se tornou frequentadora assídua daqueles recantos e repetidamente foi vista ali, genuflexa, lábios balbuciantes, em devotadas preces, ornando-lhe o sepulcro e levando-lhe círios de saudades. As visitas foram se escasseando, ela estava doente, até que

cessaram intempestivamente. Ela havia morrido...

A lembrança de Alípio foi se diluindo passo a passo na memória do povo. E ele jaz naquela campa, desconhecido e olvidado, a cruz, se ainda subsiste, a erguer alucinadamente os braços para os eternos espaços infinitos, a nos mostrar, mortais que somos, o destino certo que nos aguarda, impostergável e fatal.

D I S C U R S O S



No 1º Centenário da Proclamação da República

José Garajau da Silva (*)

Minhas senhoras e meus senhores:

A Nação Brasileira abre espaço, em meio às contradições da hora presente, para comemorar "100 anos de República". O Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Espírito-santense de Letras e o Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, cumprindo o seu papel de órgãos a que incumbe incentivar e preservar a cultura se associaram às manifestações com programações conjuntas e especiais para assinalar com o devido relevo tão importante marco histórico.

Em síntese a programação foi a seguinte:

Dia 12/09/89, a Academia Espírito-Santense de Letras promoveu sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento de seu patrono, o professor Kosciusko Barbosa Leão.

Edição de vídeo-tape - Vitória na República Velha, sob a coordenação da jornalista Tatiana Gianórdoli Teixeira.

Publicações de - Edição ilustrada da Revista do Instituto nº 39.
4 números comemorativos do boletim A Academia.

Edição de 3 cadernos do Espírito Santo, trabalho coordenado pela Cultural - ES.

Edição de Torta Capixaba II (antologia de prosa e verso - textos de autores membros da Academia Espírito-santense de Letras).

Já em condições de ir para o prelo edição da História da Propaganda Republicana no Espírito Santo, obra inédita do eminente polígrafo, desembargador Afonso Cláudio e por fim edição do caderno do Espírito Santo nº 4.

O Instituto Histórico por sua vez, antecipando-se a essas iniciativas, instituiu, por sugestão do consócio Mário Bonzano e apoio imediato da Diretoria, o concurso "República 100 anos" para estudantes do 1º e 2º graus com prêmios em dinheiro, estabelecidos em regulamento próprio.

A sua difusão por todo o Estado esteve a cargo da Comissão Julgadora, constituída dos consócios - Léa Brígida de Alvarenga Rosa, Miguel Depes Tallon e Margareth Vétis Zaganelli. Este projeto só pôde ser levado a bom termo, graças ao apoio da Secretaria da Educação e do Bandes. É de se ressaltar o alto descortino com que o Diretor do

(*) Oração Oficial pronunciada na sessão solene do Instituto, no dia 13 de dezembro de 1989.

Bandes, Dr. Odilon Borges Júnior o examinou e garantiu todos os recursos para a sua realização.

No dia 29 de novembro, prazo fixado para a entrega dos prêmios aos vencedores, a Diretoria do Instituto em reunião conjunta com a Comissão Julgadora, à qual foram convocados os concorrentes contemplados, procedeu-se à entrega dos prêmios. Foram concedidas menções honrosas a dois concorrentes de nível superior. Era visível a alegria dos jovens, naquele momento, acompanhados de seus familiares.

Minhas senhoras e meus senhores:

Estamos no limiar do ano 2 000 e no ano não sei qual, desde que o homem, tomando consciência de si, começou a sua história. 100 000 anos, 2 000 000 de anos....não importa considerar o tempo, se esse tempo é apenas um traço de união entre a eternidade do não ser e a eternidade do ser. O que importa é considerar quão precária é a natureza humana no quadro da sua auto-realização. A história da humanidade é triste, é penosa. Ainda em nossos dias, pode-se dizer que ela é feita de sangue, suor e lágrimas. Teria o plano de Deus falhado ou falhou o homem?

É que o homem não se dá conta da sua complexa individualidade, em que estão sempre em conflito forças do espírito e forças da matéria. O espírito por sua natureza sempre aspira às alturas a que se destina no caminho da perfeição. A maioria dos homens não consegue tirar os pés do chão. Os homens em maioria arrastam-se envolvidos pelas contingências humanas e materiais e se apagam como luzes tênues, bruxoelantes, no oceano da vida. Poucos, pouquíssimos conseguem atravessar o limite da mediocridade e são esses poucos, pouquíssimos, contudo, que fazem a história e realizam, embora lentamente, a grande marcha.

A história da humanidade, apesar dos altos e baixos, segue firme o rumo da sua meta final, como se uma mão invisível a conduzisse como o garimpeiro que apura o ouro em sua bateia. Nisto eu creio, porque Deus não pode permanecer indiferente à sorte do homem e daí as suas inesperadas intervenções. O Homem que tire as lições dos acontecimentos.

Vivemos uma época em que a ciência abriu campo à tecnologia e ambas de mãos dadas realizam maravilhas, de tal modo que o homem parece ter-se adiantado aos desígnios de Deus e se encontra como que perdido - não sabe onde vai chegar e não pode parar. Isto põe em risco a sobrevivência do próprio planeta. Antigamente o que o homem não descobria, Deus revelava. Ninguém ainda viu Deus,

mas Ele se manifesta de modo eloquente nas maravilhas da criação.

Diante de um televisor, nós não questionamos, porque imaginamos coisas da tecnologia e diante das maravilhas da criação - dos campos que se revestem de flores, das árvores que se cobrem de frutos, das inesgotáveis riquezas do subsolo, que é que imaginamos? Nada? Seria uma inominável injustiça.

Hoje, ninguém, sem receio do ridículo, se dirá ateu, exceto aquele ilustre astronauta, Iuri Gagarin, que, tendo tido o privilégio de ser o primeiro a alcançar alturas nunca antes atingidas, voltou blasonando que esteve lá e não viu Deus. Pudera!

Como disse, quando o homem não descobre, Deus revela, assim revelou um dia que este planeta não foi obra do acaso, que este planeta foi feito com amor e muito carinho, por isto não pode ser usado ao talante dos poderosos. Este planeta é uma república.

Estamos no limiar do ano 2 000 da era cristã e a humanidade, ainda desarvorada, não sabe como apresentar-se no século XXI. Estamos vislumbrando, é verdade, sinais distantes de que está em marcha um processo de consolidação de um sistema condizente com a dignidade humana. Esses sinais fortes nos vêm do leste europeu, onde os insopitáveis anseios de liberdade eclodem num comovente e contagiante delírio. São povos a que foi imposto um silêncio de mais de 70 anos. É uma onda que ninguém mais pode conter. Fazemos votos de que essas democracias, que acabam de emergir do mais profundo pélago que o comunismo abriu na história contemporânea, sirvam de exemplo para o mundo e a humanidade encontre o caminho do ideal republicano. Outro não é o clima no Brasil, senão o de grande euforia pela república que sai robustecida do embate democrático a que assistimos, em 15 de novembro. As eleições se processaram livremente, sem entrechoques senão verbais. A liberdade saiu incólume, não se ultrapassou o limite permissível. Pode-se dizer que a democracia no Brasil está consolidada. Foi um acontecimento altamente promissor e alvissareiro.

Estamos virando uma página da história e parece que definitivamente. O homem mais atormentado de nossos dias não é o Papa, que prega a paz, é Mikail Gorbachev que está desmontando a guerra.

Ao longo dos tempos, nós vimos ruir os impérios, tornarem-se insustentáveis poderosas monarquias, ditadores que caíram desmoralizados. Por que? Porque o poder absoluto é uma usurpação e por isso mesmo precário; os que duraram mais, não duraram tanto que pudessem resistir a movimentos como foi a Revolução Francesa, marco

histórico da decadência monárquica. Hoje, os regimes monárquicos que ainda subsistem, são meramente simbólicos como que sublimados em países que cultuam a tradição ou vêem nos monarcas resquílios de um poder, que se supunha divino.

O Brasil do regime colonial passou ao monárquico, mas podemos dizer que a monarquia nunca foi o, figurino que vestisse bem a nação brasileira, não só por sua formação étnica como por seu temperamento de independência, tão cedo manifestado.

Fala-se em república. Que é república?

É uma palavra composta em latim de onde se origina - res pública - coisa pública; em português é uma palavra simples - república. Como coisa pública, havemos de entender tudo aquilo que deve servir, indispensavelmente, ao interesse comum, à utilização de todos. Os mares, apesar dos tratados que regem o seu uso, constituem um bem público; uma praça, uma rua são coisas públicas de uso indiscriminado mas, nem por isso podem ser usadas inconvenientemente, para tanto há os tratados, há os policiamentos.

Conclui-se que uma nação como república há de ser respeitada. É preciso que aqueles que se propõem tutelá-la, venham imbuídos do indispensável espírito público, que abafe os interesses pessoais e elimine o vício da demagogia, que lhe corrói os alicerces.

A República no Brasil correspondia a uma ardente aspiração nacional, senão por convicção pelo menos por vocação e o movimento republicano se alastrou facilmente, ganhando os espaços nos grandes centros, penetrando os rincões mais distantes da Pátria, favorecido que foi pelo descontrolo do governo. Manipulado por uns e incensado pela subserviência dos enquistados no poder, seu governo recebia de todos os lados os ataques mais contundentes.

Afirmações como estas, colhidas em documentário da época, eram frequentes: "À proporção que o poder se une nas mãos de um só, a nação se desune e divide." "...em tal governo da nação, não é o governo da nação, não é o governo da nação pela nação, é o governo do Imperador pelo Imperador." Estas duas citações retratam com rigor a precariedade do poder monárquico naqueles últimos meses, que precederam a proclamação da República.

Lapidar, porém, é a análise de um jornalista da época, que afirmara: "É preferível um governo fraco a um governo dissimulado; mas intolerável é um governo fraco e dissimulado." Qualquer semelhança, aplico eu a sentença, é mera coincidência. Tal é o que ocorreu às vésperas das eleições de 15 de novembro, em que o governo quis

impingir à Nação um candidato, atitude em que revelou dissimulação e fraqueza. Mas a República Brasileira, apesar da turbulência política e social, que tem agitado este país, ao longo destes 100 anos, apesar da crise financeira cada vez mais profunda em que se debate, ressurgiu das ondas revoltas como uma jovem robusta e sedutora. Tão sedutora que foi vítima de uma tentativa de rapto, frustrada em boa hora pelos guardiães da lei e da decência nacional. A República Brasileira ressurgiu da onda como uma jovem cheia de vitalidade, empunhando uma bandeira, que tremula ao sopro do vento da esperança, que ainda existe e nessa bandeira a legenda: Viva a República Brasileira.

No dia de hoje, quando a casa de Domingos José Martins recebe seus novos membros, temos por dever orar por aqueles que se foram. É uma tarefa angustiante - mas necessária. Por isso, colocamos aqui as nossas saudades por dois colegas que partiram, mas que ao longo de suas vidas deixaram marcas que permanecerão eternas. Sabemos o quão difícil é deixar de conviver com aqueles que nos são caros e, muito mais difícil é saber que precisamos continuar vivendo mesmo que nosso coração esteja partido pela saudade.

ANTONIO JOSÉ RUA - Nasceu no início desse século - ontem, dia 13, estaria completando 74 anos de idade, pois nasceu no dia 13 de junho de 1915 - dia de Santo Antonio de Pádova. Filho de FRANCISCO JOSE RUA e FILOMENA CONCEIÇÃO RUA. Casou-se à 06 de maio de 1940 com a jovem ELÇA LEAL. Dessa união nasceram: Fernando Antonio de Oliveira Rua - médico, casado com Marilda Fassbender Rezende, Maria Luzia Rua - Contadora, casada com José Augusto Vaz Saleiro e Sandra Maria Rua - Bacharel em Direito, casada com Dr. João Florêncio Abreu Baptista. Seus três filhos lhes deram nove netos: Fernando, Ricardo, Claudio, Giovanna, Viviane, Larissa, Francisco, Bruno e Rachel. Homem simples, pai exemplar, esposo dedicado, segundo D. Elça, sua esposa, insubstituível. Exemplo de dedicação, trabalho, honestidade, e principalmente fidelidade. Fiel aos amigos, à Nação, ao trabalho. Deixou para os filhos e netos o exemplo e a certeza de ter contribuído para o crescimento desse Estado, e, especialmente para o engrandecimento de sua cidade de origem - Celina - Município de Alegre. Foi um grande amigo de seus amigos. Desempenhou com galhardia e honradez funções na Magistratura Capixaba, sempre procurando ajudar os aflitos e necessitados. Foi contemporâneo de Carlos Xavier Paes Barreto - um dos fundadores da Casa de Domingos José Martins. Sempre militou no ramo do DIREITO, dele se afastando quando acometido pela doença, tendo a partir de então recebido de seus familiares e amigos, carinho e companhia.

Aí está, senhores, a grande herança que ANTONIO JOSE RUA deixa para a posteridade - sua descendência e seu trabalho.

WILMA PARAISO FERREIRA DE ALMADA - É com saudade que me lembro desta colega, pois tive a satisfação de por alguns anos trabalhar no mesmo colégio e partilhar das mesmas emoções. Não foi somente o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que deixou

de ter em seus quadros esta mulher - exemplo de dinamismo e tenacidade, que foi Wilma Almada. Perdeu o jovem universitário que deixou de receber de seus lábios lições de vida e saber, perdeu o estudante de primeiro e segundo grau que não mais terá oportunidade de conhecer através de seus alunos, a capacidade de formação dessa inesquecível mestra; perdeu a ciência e, principalmente a Historiografia Capixaba - um de seus baluartes, e a prova aí está, seu livro - **ESCRAVIDÃO E TRANSIÇÃO - O Espírito Santo (1850-1880)**. Este livro publicado em 1984, trata de um estudo em que as relações entre senhores e escravos na Província são estudadas a partir da vida dos escravos nas fazendas, da divisão do trabalho, das alforrias e das revoltas de negros escravizados. Sabemos que Wilma estava preparando um novo trabalho que seria sua tese de doutoramento. Chegamos a acompanhar suas pesquisas que resultariam em - **ESTRUTURA AGRÁRIA E CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO - 1900-1970**. Trantando-se de um estudo que envolvia legislação agrária, nós que fizemos curso de pós graduação nessa área, pudemos emprestar nossos conhecimentos para sugestões, acompanhando de perto o desenrolar das pesquisas. Este trabalho ficou incompleto, mas reflete bem o nível de pesquisa realizado por esta incansável pesquisadora, que saiu de Guaçuí, onde nasceu em 14 de abril de 1936.

E a partir de 24 de julho de 1960, que Wilma se torna a grande companheira, mulher, amada. Nesse dia se realiza o seu casamento com o jovem Roberto Ribeiro Almada de quem receberá, amor, apoio, incentivo e reconhecimento.

Ao lado de sua contribuição à cultura, é sua participação como mulher, mãe e esposa, que marcarão sua vida familiar. Mãe exemplar, dedicada, amorosa. Esposa companheira, como demostram os versos de seu esposo e poeta - Roberto Almada em **RETRATO DA AMADA (Academia - Ano I - n.03 - Dez.1988)**:

“Os seus passos não são silenciosos, muito pelo contrário.

Calcam fundamente o chão, como se soubesse de onde vêm e para onde vão.

ELA não fez do absoluto o seu roteiro, nem o seu infinito, nem mesmo os desígnios de sua alma.

É forte e indestrutível como a adaga. Persistente como o por-do-sol.

Os olhos da minha amada foram postos sobre mim. Eles me guardam do orgulho e da desesperança.

O seu ventre não é um jardim das delícias. É antes o gesto

inicial e definitivo, o encontrado Édem.

Por isso o seu ventre é também um jardim das delícias.

Ela me afaga com as suas mãos docemente.

Cálidas e inofensivas como um animal ferido.

Aquieto-me, bem amada, nos teus braços de seda; de seda
não, de sonho,

e entre eles encontro a origem de toda a bem aventurança."

Estes versos bem retratam a mulher mãe, mulher esposa,
mulher intelectual que foi Wilma Paraíso Ferreira Almada.

Como mulher mãe deixou sua descendência nos filhos,
Andrea, Roberto José e Maria Adriana e nos netos. Barbara e Juliana.

Aí está, senhoras e senhores, um pouco do que foram e do que
deixaram esses dois Confrades que partiram. Os dois partiram em dias
determinantes. Wilma, no dia em que nascia o PAI DA NATUREZA, o PAI
DA ECOLOGIA - São Francisco de Assis - 04 de outubro; ANTONIO
JOSE RUA, no dia em que nascia um novo ano - 01 de janeiro. Wilma e
Antonio José, recebam as bênçãos do criador, juntamente com esta
nossa homenagem, pois estamos certos de que Ele já os colocou ao seu
lado.

(*) (Oração proferida pela Vice-Oradora do Instituto Histórico e Geográfico do
Espírito Santo, Sonia Maria Demoner, na sessão solene do dia 14 de junho de 1989
- Salão Nobre da casa de Domingos Jose Martins.)

RELATÓRIO



RELATÓRIO

Junho 89 / Maio 90

I - MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, com sede à Avenida República 374, desenvolveu suas atividades normais, no período de junho de 1989 a maio de 1990, reunindo-se a sua Diretoria, às quartas-feiras, no horário de 16 horas.

É uma reunião de rotina, em que, verificando-se o número regimental de diretores presentes, procede-se à leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior; em seguida, faz-se a leitura do expediente recebido. Logo após, o Sr. Presidente franqueia a palavra para as comunicações. Nessa oportunidade, cada um tem o ensejo de se manifestar sobre algum acontecimento digno de registro ou mesmo para fazer alguma comunicação do interesse da Casa.

A secretaria, sob a supervisão da Sra. Maria José Sales de Sá, conta com colaboração das funcionárias Tania Rasseli Zanotti e Zaizal Abinarb. Funciona a mesma em 2 turnos - pela manhã e à tarde, atendendo ao público, pessoas que procuram o Instituto para qualquer informação e preparando a pauta para cada reunião, com cuidado especial pelo expediente recebido e expedido.

No período, objeto deste relatório foram recebidos	
ofícios e cartas, em número de	155
ofícios expedidos	171
circulares	17

A Biblioteca do Instituto foi deslocada para outro cômodo, ocupando o seu espaço a Casa Elmo Elton. A Biblioteca, como acontece todos os anos, vem-se enriquecendo com doações de livros por entidades ou por seus autores. Tem sido frequente a procura da biblioteca por parte de alunos ou pesquisadores, em busca de subsídios para as suas atividades.

Está no prelo a Revista, que anualmente se edita; estará, em poucos dias, pronta para distribuição.

II - DOAÇÕES

A receita do Instituto é constituída das anuidades a que se obrigam os seus Sócios e às vezes reforçada por doações, que lhe são

feitas por determinadas pessoas. Registre-se o patrocínio que lhe tem dado o B A N D E S, através de convênios, como ocorreu na edição do livro "Torta Capixaba" e na comemoração do 1º centenário da República.

III - PRINCIPAIS EVENTOS

Em 31 do mês de maio de 1989, realizou-se a assembléia geral para a eleição da nova diretoria e admissão de novos sócios.

Como sócios correspondentes foram admitidos, Dr. Aquiles Cortes Guimarães, Dr. Hélio Ataíde e Bráulio Nascimento; como sócios efetivos os Srs.. Alziro Calmon Tavares, Higino de Freiras Melo e Ivone Amorim.

A nova diretoria, eleita por 16 votos dos 18 presentes, ficou assim constituída:

Presidente	- Dr. Alberto Stange Junior
1º vice-presidente	- Renato José Costa Pacheco
2º vice-presidente	- Ormando Moraes
3º vice-presidente	- Sebastião A. Vale Guimarães
Secretário Geral	- Miguel Depes Tallon
Secretário Adjunto	- Ivo Amâncio de Oliveira
Tesoureiro	- Nilo Martins da Cunha
Tesoureiro Adjunto	- José Higino de Oliveira
Enc. da Biblioteca	- Léa Brígida Alvarenga Rosa
Orador	- José Garajau da Silva
Vice-orador	- Francisco Shwarz

Foram igualmente constituídas as comissões - Revista, História, Geografia e Finanças.

Revista	- Ormando Moraes Levi Rocha Sebastião Pimentel Franco
História	- Carlos Campos Waldir Vitral Léa Brígida A. Rosa
Geografia	- Ricardo Brunow Costa Willes de Faria Domingos Azevedo
Finanças	- Hermógenes Lima Fonseca José Moysés Sebastião Teixeira Sobreira

Formam o quadro de Grandes Conselheiros - Néelson Abel de Almeida, Manoel Pais Barreto e Adelpho Poli Momjardim.

No dia 14 de junho, realizou-se a sessão solene comemorativa em homenagem ao patrono da Casa, Domingos José Martins, quando também se deu a posse da nova diretoria.

Nessa sessão, como de costume, houve a posse dos novos consócios - Higino de Freitas Filho, Alziro Calmon Tavares e Ivone Amorim. Em nome dos companheiros recém-empossados falou o Sr. Alziro Calmon Tavares.

No dia 21 de junho, o consócio Ormando Moraes, lançou o seu livro "Por Serras e Vales do Espírito Santo - A Epopéia das Tropas e Tropicéis," editado pelo Instituto, sob o patrocínio do Bandes com recursos do Pró-Cultura.

No dia 06 de agosto, o consócio Ricardo Brunow da Costa proferiu excelente palestra sobre "A ocupação e o desenvolvimento urbano da Zona Norte de Vitória".

No dia 04 de outubro, houve uma sessão solene em que se recebeu uma embaixada de Conceição da Barra, ocasião em que o Sr. prefeito daquela cidade lançou o livro de sua autoria sobre a "Banda Oliveira Filho".

No dia 25 de outubro, O Instituto reuniu-se em assembléia geral para a seguinte ordem do dia: convênio com a Academia de Letras e Artes de Cascais; fixação de anuidades para 1990. Discussão e votação do novo estatuto.

A essa assembléia geral compareceram 19 consócios.

No dia 19 de novembro, houve reunião conjunta com a Comissão Julgadora de concurso "República 100 anos", em a qual foram apresentados os premiados. O consócio José Higino de Oliveira participou o lançamento do seu livro "Eu, o Mestre e Outros" e ofereceu exemplares aos presentes.

No dia 13 de dezembro, o Instituto e a Academia Espírito-Santense de Letras promoveram sessão solene em que se prestou homenagem especial ao Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, com exibição de um vídeo sobre sua vida, trabalho realizado pela jornalista Tatiana Gianordoli. Nessa sessão, o Presidente da Academia Espírito-Santense de Letras, Dr. José Moysés, em brilhante alocução, comunicou o lançamento, naquele dia, do II Volume da Torta Capixaba, editado sob o patrocínio do Bandes e da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Na mesma oportunidade, foram

também lançados os três primeiros volumes dos Cadernos de História do Espírito Santo.

Essa sessão solene e a última sessão do ano marcou com realce especial a comemoração do 1º centenário da República, tendo usado da palavra, em nome do Instituto e da Academia Espírito-Santense de Letras, o consócio José Garajau da Silva. Essa comemoração, iniciativa do Instituto, para celebrar o 1º centenário da República teve o apoio financeiro do Bandes.

No dia 14 de março de 1990, a convite do Instituto a professora Marta Zorzal e Silva fez conferência sobre a "Crise Conjuntural com seu desdobramento Social, político e econômico".

No dia 04 de abril, ocupou a tribuna do Instituto o professor e geógrafo, Uberecilas Polido, que falou sobre as "Encostas de Vitória".

Estas as principais atividades deste Instituto, cujo relatório muito nos apras apresentar a esta Assembléia.

Vitória, 13 de junho de 1990.